

1299

S R L

PROJETOS S/C LTDA.

análise de deturbações

ESTATAIS

IV

AVALIAÇÃO DO SETOR PÚBLICO NO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CAPÍTULO IV  
DIAGNÓSTICO DAS ESTATAIS

## SUMARIO

		No. de Página
1	UNIVERSO DAS EMPRESAS ESTATAIS GAUCHAS	06
1.1	EMPRESAS NAO VINCULADAS AO SISTEMA FINANCEIRO	07
1.2	VINCULADAS AO SISTEMA FINANCEIRO	07
1.3	CADASTRO DAS EMPRESAS ESTATAIS GAUCHAS	09
2	SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA DO AGREGADO EMPRESAS NAO VINCULADAS AO SISTEMA FINANCEIRO	DAS 40
3	DIAGNOSTICO DAS PRINCIPAIS ESTATAIS GAUCHAS	49
3.1	DIAGNOSTICO DA CEEE	50
3.2	DIAGNOSTICO DA CRM	60
3.3	DIAGNOSTICO DA CRT	63
3.4	DIAGNOSTICO DA CINTEA/DAER	67
3.5	DIAGNOSTICO DA CESA	72
3.6	DIAGNOSTICO DA CORSAN	80
4	DIAGNOSTICO DO SISTEMA FINANCEIRO ESTADUAL SOB O ENFOQUE EMPRESARIAL	92
4.1	BANRISUL E CAIXA - AGENCIAS	93
4.2	BANRISUL E CAIXA - COMPARAÇÃO COM OUTROS BANCOS	94
4.3	BANCO MULTIPLO E INTEGRAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO	95
4.4	RECOMENDAÇÕES	96

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

No. de Ordem	Descrição	No. de Página
01	INDICADORES FINANCEIROS DAS ESTATAIS GAUCHAS - 1987	43
02	CORSAN - EVOLUÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	44
03	CRM - EVOLUÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	45
04	CRT - EVOLUÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	46
05	CEEA - EVOLUÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	47
06	CEEE - EVOLUÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	48
07	ELASTICIDADE RENDA DO CONSUMO TOTAL DE ENERGIA ELETRICA - 1970-2010	50
08	PREVISÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELETRICA - 1986-2010 (EM TWH)	55
09	PREVISÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELETRICA - 1986-2010 (% a.a.)	56
10	PREVISÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELETRICA - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO - 1986-2010	56
11	PROGRAMA FLURJANUAL DE INVESTIMENTOS DO SETOR ELETRICO PARA CEEE - 1986/1990	57
12	EVOLUÇÃO DO PARQUE GERADOR - POTENCIA INSTALADA - 1986-2010 (EM GW)	57
13	EVOLUÇÃO DO PARQUE GERADOR - POTENCIA INSTALADA - 1986-2010 (EM %)	58
14	BRASIL - EXPANSÃO DO PARQUE TERMOELETRICO - 1986- 2010	58
15	BRASIL - INVESTIMENTOS EM DISTRIBUIÇÃO URBANA	59
16	RISCO ANUAL DE DEFICIT DE ENERGIA	59
17	POSICIONAMENTO ESTRATEGICO DA CRM	61
18	CRM: MINA DE CANDIOTA	62
19	CRT: INDICADORES DE DESEMPENHO	65
20	AUTOMATIZAÇÃO DO SISTEMA	65

No. de Ordem	Descrição	No. de Página
21	QUANTIDADE DE EMPREGADOS POR 1000 TERMINAIS	66
22	DESPESA MEDIA POR FUNCIONARIO	66
23	EVOLUÇÃO DAS CHAMADAS INTERURBANAS COMPLETADAS	66
24	CINTEA: QUADRO FINANCEIRO - 1987	69
25	ORGANOGRAMA DO DAER	70
26	DAER - DESPESAS - 1987	71
27	CESA - RELAÇÃO DA DESPESA COM RECEITA LÍQUIDA	73
28	CESA - QUADRO DE REMUNERAÇÃO INVESTIMENTO/CAPITAL PRÓPRIO E TAXA DE JUROS	74
29	CESA - INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS	77
30	MOVIMENTO FÍSICO DA ESTOCAGEM POR PRODUTO	78
31	DISTRIBUIÇÃO DA CAPACIDADE ARMAZENADA	78
32	EVOLUÇÃO NO RECEBIMENTO DE GRADOS	79
33	MOVIMENTO FÍSICO DA ESTOCAGEM POR PRODUTO - SEGUNDO PERFIL PREPONDERANTE - PRODUÇÃO INTERNA	79
34	ATENDIMENTO NOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO NO RS POR EMPRESA	80
35	CORSAN: SERVIÇOS PRESTADOS - 1987	81
36	EXTENSÃO DAS REDES - CORSAN/DMAE - DADOS DE 1987	85
37	VALOR DA CONTA MÍNIMA POR EMPRESA EM JULHO DE 1988	86
38	CONTA MÍNIMA DE ÁGUA - CORSAN/DMAE	87
39	ALGUNS VALORES DE CONTAS RESIDENCIAIS - JÚLHO 1988	87



## 1.1 EMPRESAS NÃO VINCULADAS AO SISTEMA FINANCEIRO

- Açúcar Gaúcho S.A. - AGAÇA
- Central Vitivinícola do Sul - VINDSUL S.A.
- Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul - CEDIC
- Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS
- Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras - CEDRO - em liquidação
- Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE
- Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA
- Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras do Rio Grande do Sul - CINTEA
- Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos - CORLAC
- Companhia de Laticínios Gabrielense - COLAGA
- Companhia Vacariense de Laticínios - COVAL
- Corlac Erechin S.A. Laticínios e Correlatos
- Corlac Santa Maria - Laticínios e Correlatos
- Companhia Riograndense de Mineração - CRM
- Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN
- Companhia de Indústrias Eletro-Químicas - CIEL
- Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT
- Companhia Riograndense de Turismo - CR-TUR
- Fábrica Nacional da Uva Turismo e Empreendimentos S.A. - FENUVA
- Companhia Riograndense de Artes Gráficas - CORAG
- Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul - COHAB
- Produtos Gaúchos S. A. - PROBASA

## 1.2 VINCULADAS AO SISTEMA FINANCEIRO

- Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - BADESUL

## 1.1 EMPRESAS NAO VINCULADAS AO SISTEMA FINANCEIRO

- Açúcar Gaúcho S.A. - AGASA
- Central Vitivinícola do Sul - VINSUL S.A.
- Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul - CEDIC
- Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS
- Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras - CEDRO - em liquidação
- Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE
- Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA
- Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras do Rio Grande do Sul - CINTEA
- Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos - CORLAC
- Companhia de Laticínios Gabrielense - COLASA
- Companhia Vacariense de Laticínios - COVAL
- Corlac Erechin S.A. Laticínios e Correlatos
- Corlac Santa Maria - Laticínios e Correlatos
- Companhia Riograndense de Mineração - CRM
- Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN
- Companhia de Indústrias Eletro-Químicas - CIEL
- Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT
- Companhia Riograndense de Turismo - CR-TUR
- Fe.ia Nacional da Uva Turismo e Empreendimentos S.A. - FENUVA
- Companhia Riograndense de Artes Gráficas - CORAG
- Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul - COHAB
- Produtos Gaúchos S. A. - PROGASA

## 1.2 VINCULADAS AO SISTEMA FINANCEIRO

- Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - BADESUL



### 1.3 CADASTRO DAS EMPRESAS ESTATAIS GAUCHAS

Apresentamos, a seguir, o cadastro de todas as empresas (exceto COHAB e FROGASA) dentro do modelo "EST", que sugerimos seja implantado no RGS.

Diagnóstico do Setor Público no RGS

Setor das Empresas Estatais

IDENTIFICAÇÃO

Gaúcho S/A

OBJETIVO

Cultura da cana, industrialização e comércio de açúcar e seus derivados

PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS

EMPREGADOS

1986 1987

1986 1987

Açúcar  
Alcool

3636 Ton.  
2083 Ton.

TOTAL

165

PARTICIPAÇÕES AÇONARIAS (1986)

UNIDADE

ESTADOS

99,99%

MUNICÍPIOS

OUTROS

0,01%

CONTAS DE BALANÇO (Cz\$ 1000)

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

1986 1987

1986 1987

Ativo  
Circulante  
Realizável a L.P.  
Permanente

34 647  
3 482  
39 915  
73 364

35 022  
3 777  
35 311  
74 110

LIQUIDEZ

LIQUIDEZ ABSOLUTA

0,444 0,074

LIQUIDEZ CORRENTE

1,608 0,714

LIQUIDEZ GERAL

1,790 0,790

LIQUIDEZ SECA

1,267 0,585

CAPITAL DE GIRO

11 362 (14 066)

Passivo  
Circulante  
Bível a L.P.  
Resultado de Exerc. Futuros  
Patrimônio Líquido

18 685  
54 679  
73 364

49 088  
25 022  
74 110

RENTABILIDADE

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(0,524) (1,216)

ATIVO REAL

(0,391) (0,411)

OPERACIONAL

(0,411) (0,493)

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS (Cz\$ 1000)

RETORNO

INVESTIMENTO OPERACIONAL

0,321 (0,241)

INVESTIMENTO TOTAL

0,391 (0,411)

Receita Operacional Líquida  
Resultado da Atividade  
Despesa Operacional  
Resultado Operacional Líquido

1986 1987  
69 786 61 666  
67 539 47 086  
25 552 32 218  
(23 385) (17 638)

61 666 47 086  
32 218 17 638

ENDIVIDAMENTO

% DE TERCEIROS/X PROPRIO

0,342 1,962

% DE TERCEIROS/RECURSOS GLOBAIS

0,255 0,662

COMPOSIÇÃO DAS EXIGIBILIDADES

1,000 1,000

RECURSO PROPRIOS/DIVIDA TOTAL

2,926 0,510

Receitas Extra-Operacionais  
Despesas Extra-Operacionais  
Resultado da Correção Monetária  
Resultado Líquido do Exercício

4 259 502  
(9 124)

889 13 654

INSOLVÊNCIA E ENDIVIDAMENTO

FATOR DE INSOLVÊNCIA

10,352 5,608

ENDIVIDAMENTO C/INSTITUIÇ. FINANC.

— —

INVESTIMENTO TOTAL

— —

EXIGÍVEL TOTAL

— —

RECURSOS COMPLEMENTARES

Diagnóstico do Setor Público no RGS

Setor das Empresas Estatais

CLASSIFICAÇÃO

Al Vitivinícola do Sul - VINOSUL S/A

PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS

	1986	1987
Uva	2154 ton.	
M: O	9477 lit.	

DADOS DE BALANÇO (Cz\$1000)

	1986	1987
ATIVO		
CIRCULANTE	3 300	1 445
REALIZAVEL A L.P.	112	69
PERMANENTE	44 858	43 809
TOTAL	48 269	45 323
PASSIVO		
CIRCULANTE	473	512
EXIGIVEL A L.P.		
RESULTADO DE EXERC. FUTUROS		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	47 796	44 811
TOTAL	48 269	45 323

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS (Cz\$ 1000)

	1986	1987
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12 987	4 304
CUSTO DA ATIVIDADE	9 376	4 406
PESAS OPERACIONAL	2 484	682
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	1 127	(784)
RECEITAS EXTRA-OPERACIONAIS	2	
PESAS EXTRA-OPERACIONAIS	169	
RESULTADO DA CORREÇÃO MONETÁRIA	(637)	(2 868)
REVISÃO P/I.R.		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	323	(3 652)

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

OBJETIVO

atividades ligadas a orientação do setor vitivinícola do Estado

PESSOAL

	1986	1987
TOTAL		

TOTAL

PRINCIPAIS PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS (1986)

	1986	1987
UNIAO		
ESTADO		99,99%
MUNICIPIOS		
OUTROS		0,01%

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

	1986	1987
LIQUIDEZ		
LIQUIDEZ ABSOLUTA	5,244	2,046
LIQUIDEZ CORRENTE	6,971	2,824
LIQUIDEZ GERAL	7,208	2,960
LIQUIDEZ SECA	6,658	2,598
CAPITAL DE GIRO	2 826,517	933,000
RENTABILIDADE		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,007	(0,082)
ATIVO REAL	0,007	(0,081)
OPERACIONAL	0,025	(0,849)
RETORNO		
INVESTIMENTO OPERACIONAL	0,023	(0,017)
INVESTIMENTO TOTAL	0,007	(0,021)
ENDIVIDAMENTO		
% DE TERCEIROS/X PRÓPRIO	0,010	0,033
% DE TERCEIROS/RECURSOS GLOBAIS	0,010	0,031
COMPOSIÇÃO DAS EXIGIBILIDADES	1,000	1,000
RECURSO PRÓPRIOS/DÍVIDA TOTAL	100,975	87,500
INSOLVÊNCIA E ENDIVIDAMENTO		
FATOR DE INSOLVÊNCIA	28,137	11,106
ENDIVIDAMENTO C/INSTITUIC.FINANC.	—	—
INVESTIMENTO TOTAL		
EXIGIVEL TOTAL		

Diagnóstico do Setor Público no RGS

Setor das Empresas Estatais

II CLASSIFICAÇÃO		OBJETIVO			
Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul - CEDIC		(presta assistência e consultoria técnica na elaboração e execução de projetos de desenvolvimento econômico industrial)			
PAIS PRODUTOS E SERVIÇOS		PESSOAL			
	1986	1987	1986	1987	
			TOTAL	249	
		PRINCIPAIS PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS (1986)			
		UNIÃO			
		ESTADO		99,99%	
		MUNICÍPIOS			
		OUTROS		0,01%	
DADOS DE BALANÇO (Cz\$1000)		INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS			
	1986	1987	1986	1987	
ATIVO		LIQUIDEZ			
CIRCULANTE	98 926	44 577	LIQUIDEZ ABSOLUTA	0,186	0,040
REALIZÁVEL A L.P.	1 025 209	1 028 254	LIQUIDEZ CORRENTE	1,376	1,311
PERMANENTE	22 821	23 085	LIQUIDEZ GERAL	2,925	16,731
	1 138 958	1 095 916	LIQUIDEZ SECA	1,372	1,301
		CAPITAL DE GIRO		24 849	10 568
PASSIVO		RENTABILIDADE			
CIRCULANTE	66 079	34 009	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,001	(0,009)
PERMANENTE	54 005	30 115	ATIVO REAL	0,001	(0,009)
RESULTADO DE EXERC. FUTUROS	2 452		OPERACIONAL	0,008	(0,108)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1 016 422	1 031 792			
	1 138 958	1 095 916			
DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS (Cz\$ 1000)		RETORNO			
	1986	1987	INVESTIMENTO OPERACIONAL	0,001	(0,016)
			INVESTIMENTO TOTAL	0,001	(0,009)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	153 533	86 556	ENDIVIDAMENTO		
DESAFIO DA ATIVIDADE	126 290	68 961	DE TERCEIROS/X PRÓPRIO	0,118	0,062
DESA OPERACIONAL	26 487	34 603	DE TERCEIROS/RECURSOS GLOBAIS	0,105	0,059
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	756	(17 014)	COMPOSIÇÃO DAS EXIGIBILIDADES	0,550	0,530
			RECURSO PRÓPRIOS/DÍVIDA TOTAL	8,295	16,091
CARGAS EXTRA-OPERACIONAIS	645	133			
DESAFIO EXTRA-OPERACIONAIS	1 552	6	INSOLVÊNCIA E ENDIVIDAMENTO		
RESULTADO DA CORREÇÃO MONETÁRIA	2 990	7 578	FATOR DE INSOLVÊNCIA	18,710	30,813
REVISÃO P/L.R.	1 572		ENDIVIDAMENTO C/INSTITUIÇ.FINANC.		
			INVESTIMENTO TOTAL	0,029	0,019
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1 266	(9 309)	EXIGÍVEL TOTAL	0,271	0,317
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					

Diagnóstico do Setor Público no RS

Estado das Empresas Estatais

IDENTIFICACAO		OBJETIVO	
Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul -		Processamento de dados p/ o setor publico	
PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVICOS (1986)		PESSOAL	
	1986	1987	1986
Salários	110 068 776		993
Registros em Cadastro	313 827 700		877
Impressas	1 877 901 000		
Outros	103 636 000		
INDICADORES ECONOMICOS-FINANCEIROS			
	1986	1987	1986
LIQUIDEZ			1987
LIQUIDEZ ABSOLUTA	783 592	515 915	0.602
LIQUIDEZ CORRENTE	342	572	1.467
LIQUIDEZ GERAL	568 554	561 206	1.242
LIQUIDEZ SECA	1 344 469	1 077 693	1.349
CAPITAL DE GIRO			256 548
RENTABILIDADE	527 043	394 109	
PATRIMONIO LIQUIDO	104 201	89 049	0.015
ATIVO REAL			0.006
OPERACIONAL	713 244	594 455	0.002
	1 344 488	1 077 693	
RETORNO			
INVESTIMENTO OPERACIONAL			0.086
INVESTIMENTO TOTAL			0.068
RENDIMENTO			
K DE TERCEIROS/K PROPRIO	1 353 945	871 820	0.085
K DE TERCEIROS/RECURSOS GLOBAIS	1 088 474	612 243	0.478
COMPOSICAO DAS EXIGIBILIDADES	162 524	338 008	0.835
RECURSO PROPRIOS/DIVIDA TOTAL	102 947	(78 423)	1.130
INSOLVENCIA E ENDEVIDAMENTO			
FATOR DE INSOLVENCIA	2 717	2 491	4.971
ENDEVIDAMENTO C/INSTITUIC.FINANC.	46 862	469	
INVESTIMENTO TOTAL	(44 532)	(132 233)	0.164
EXIGIVEL TOTAL	3 228		0.349
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	11 038	(208 634)	0.277
FORMACOES COMPLEMENTARES			

Setor das Empresas Estatais

IDENTIFICACAO

Companhia Estadual de Desenvolvimento e Obras

OBJETIVO

Executar as politicas govern. de construcao e conservacao de predios publicos e de desenvolvimento regional e urbano

PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVICOS

PESSOAL

1986

1987

1986

1987

TOTAL

PRINCIPAIS PARTICIPACOES ACIONARIAS (1986)

UNIAO

ESTADO

MUNICIPIOS

OUTROS

DADOS DE BALANCO (Cz\$ 1000)

INDICADORES ECONOMICO-FINANCEIROS

1986

1987

1986

1987

ATIVO

LIQUIDEZ

CIRCULANTE

2 938

7 434

LIQUIDEZ ABSOLUTA

0.200

0.016

DISPONIVEL A L.P.

PERMANENTE

340

79

LIQUIDEZ CORRENTE

1.061

9.018

TOTAL

3 278

7 513

LIQUIDEZ GERAL

0.237

0.796

PASSIVO

LIQUIDEZ SECA

1.061

9.018

CIRCULANTE

2 769

824

CAPITAL DE GIRO

(169.000)

6 609.529

DISPONIVEL A L.P.

9 628

8 512

RENTABILIDADE

PATRIMONIO LIQUIDO

0.664

(0.159)

RESULTADO DE EXERC. FUTUROS

PATRIMONIO LIQUIDO

(9 118)

(1 823)

ATIVO REAL

(1.046)

0.039

TOTAL

3 278

7 513

OPERACIONAL

14.369

0.214

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS (Cz\$ 1000)

RETORNO

1986

1987

(2.059)

0.039

RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA

421

1 354

INVESTIMENTO OPERACIONAL

(1.046)

0.039

CUSTO DA MANUTENCAO

200

12

INVESTIMENTO TOTAL

ENDIVIDAMENTO

% DE TERCEIROS/% PROPRIO

(1.360)

(5.121)

PESAS OPERACIONAL

6 270

1 053

% DE TERCEIROS/RECURSOS GLOBAIS

3.782

1.243

RESULTADO OPERACIONAL LIQUIDO

(6 049)

289

COMPOSICAO DAS EXIGIBILIDADES

0.223

0.088

RECEITAS EXTRA-OPERACIONAIS

PESAS EXTRA-OPERACIONAIS

RESULTADO DA CORRECAO MONETARIA

REVISAO P/I.R.

RECURSO PROPRIOS/DIVIDA TOTAL

(0.736)

(0.195)

INSOLVENCIA E ENDIVIDAMENTO

FATOR DE INSOLVENCIA

3.515

25.450

ENDIVIDAMENTO C/INSTITUIC.FINANC.

INVESTIMENTO TOTAL

---

---

RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO

(6 049)

289

EXIGIVEL TOTAL

---

---

EXERCICIOS COMPLEMENTARES

Empresa em Liquidacao

Diagnostico do Setor Publico no RS

Setor das Empresas Estatais

IDENTIFICACAO

Companhia Estadual de Energia Eletrica - CEEE

OBJETIVO

Projetar, construir e explorar sistemas de producao, transmissao e distribuicao de energia eletrica

PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVICOS

PESSOAL

Capacidade Instalada (Em MW)

1986 1987

1986 1987

Hydroeletrica

858

Termoeletrica

195

1 045

TOTAL

11 642 11 444

PRINCIPAIS PARTICIPACOES ACIONARIAS (1986)

Informacoes complementares

UNIAO

10.42

ESTADO

81.42

MUNICIPIOS

7.82

OUTROS

0.42

CONTAS DE BALANCO (Cz\$ 1000)

INDICADORES ECONOMICO-FINANCEIROS

ATIVO

1986 1987

1 986.000 1 987.000

CIRCULANTE

6 541 984

717 774

DISPONIVEL A L.P.

887 896

714 415

PERMANENTE

127 039 243

140 934 314

TOTAL

134 469 123

142 366 503

LIQUIDEZ

LIQUIDEZ ABSOLUTA

0.005 0.007

LIQUIDEZ CORRENTE

0.099 0.091

LIQUIDEZ GERAL

0.076 0.069

LIQUIDEZ SECA

0.086 0.031

CAPITAL DE GIRO

(59 234 354) (77 020 086)

PASSIVO

CIRCULANTE

65 776 338

84 737 860

DISPONIVEL A L.P.

40 748 361

36 889 402

RESULTADO DE EXERC. FUTUROS

RENTABILIDADE

PATRIMONIO LIQUIDO

(0.107) (0.083)

PATRIMONIO LIQUIDO

27 944 424

27 739 241

ATIVO REAL

(0.022) (0.016)

TOTAL

134 469 123

149 366 503

OPERACIONAL

(0.157) (0.122)

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS (Cz\$ 1000)

RETORNO

INVESTIMENTO OPERACIONAL

(0.039) (0.023)

INVESTIMENTO TOTAL

(0.022) (0.016)

RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA

19 081 449

19 012 637

CI-COSTO DA ATIVIDADE

24 270 181

22 431 546

DESA OPERACIONAL

(5 188 732)

(3 418 909)

RESULTADO OPERACIONAL LIQUIDO

1 788 715

340 909

ENDIVIDAMENTO

% DE TERCEIROS/% PROPRIO

3.812 4.385

% DE TERCEIROS/RECURSOS GLOBAIS

0.792 0.814

DEBITAS EXTRA-OPERACIONAIS

7 115 672

8 205 822

COMPOSICAO DAS EXIGIBILIDADES

0.617 0.697

DEBITAS EXTRA-OPERACIONAIS

7 517 350

8 971 512

RECURSO PROPRIOS/DIVIDA TOTAL

0.252 0.228

RESULTADO DA CORRECAO MONETARIA

INSOLVENCIA E ENDIVIDAMENTO

FATOR DE INSOLVENCIA

(0.947) (1.146)

DEBITAS P/I.R.

ENDIVIDAMENTO C/INSTITUIC.FINANC.

INVESTIMENTO TOTAL

0.580 0.620

RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO

(2 998 339)

(2 312 310)

EXIGIVEL TOTAL

0.732 0.761

INFORMACOES COMPLEMENTARES

Responde por aproximadamente 50% da oferta de energia no estado

IDENTIFICAÇÃO		OBJETIVO	
Companhia Estadual de Silos e Armazens - CESA		Executar a política oficial de guarda e preservação da guarda e preservação de produtos perecíveis	
PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS		PESSOAL	
	1986	1987	1986
Produção (Em 1000 Ton.)			1987
Arroz	1 586		800
Feijão	10 191		779
Arroz	1 454		
CONTAS DE BALANÇO (Cz\$ 1000)		INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS	
	1986	1987	1986
			1987
ATIVO		LIQUIDEZ	
Ativo Circulante	147 738	217 009	LIQUIDEZ ABSOLUTA
Ativo Circulante a L.P.	26 698	30 719	LIQUIDEZ CORRENTE
Ativo Permanente	3 851 519	3 892 776	LIQUIDEZ GERAL
Total	4 025 555	4 140 504	LIQUIDEZ SECA
			CAPITAL DE GIRO
			(15 767.000) 13 104.695
PASSIVO		RENTABILIDADE	
Passivo Circulante	163 505	203 904	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Passivo Circulante a L.P.	27 815	32 651	ATIVO REAL
Passivo de Exerc. Futuros			OPERACIONAL
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3 834 235	3 923 949	
Total	4 025 555	4 140 504	
DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS (Cz\$ 1000)		RETORNO	
	1986	1987	INVESTIMENTO OPERACIONAL
Receita Operacional Líquida	535 154	586 452	INVESTIMENTO TOTAL
Despesa da Atividade	540 431	424 872	ENDIVIDAMENTO
Despesa Operacional	138 515	145 073	% DE TERCEIROS/% PRÓPRIO
Resultado Operacional Líquido	(143 392)	16 507	% DE TERCEIROS/RECURSOS GLOBAIS
			COMPOSIÇÃO DAS EXIGIBILIDADES
			RECURSO PRÓPRIOS/DÍVIDA TOTAL
			20.410 18.120
Despesas Extra-Operacionais	1 144	1 566	
Despesas Extra-Operacionais	4 331	1 481	INSOLVÊNCIA E ENDIVIDAMENTO
Resultado da Correção Monetária	(43 200)	186	FATOR DE INSOLVÊNCIA
Resultado Líquido do Exercício	(189 779)	16 778	ENDIVIDAMENTO C/INSTITUIÇ.FINANC.
			INVESTIMENTO TOTAL
			EXIGÍVEL TOTAL
			0.017 0.008
			0.365 0.145
NOTAS COMPLEMENTARES			



Ministério do Setor Público no PDS

Registro das Empresas Estatais

IDENTIFICAÇÃO

OBJETIVO

Sociedade Inter municipal de Estradas Alimentadoras do Rio Grande do Sul - CINTEA

(realizar estudos e projetos de construção, conservação de estradas situadas no âmbito municipal)

PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS

PESSOAL

Construídos  
Melhorados  
Pontes Construídas (Em metros)

	1986	1987
Construídos	302	
Melhorados	1 325	
Pontes Construídas (Em metros)	2 410	

	1986	1987
TOTAL		

ESTADOS DE BALANÇO (Cz\$ 1000)

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

ATIVO  
CIRCULANTE  
REALIZAVEL A L.P.  
PERMANENTE  
TOTAL  
PASSIVO  
CIRCULANTE  
REALIZAVEL A L.P.  
RESULTADO DE EXERC. FUTUROS  
PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
REAL

	1986	1987
ATIVO		
CIRCULANTE		
REALIZAVEL A L.P.	295 665	111 109
PERMANENTE	138 557	189 894
TOTAL	43 589	41 858
	477 811	342 860
PASSIVO		
CIRCULANTE	2 548 499	3 714 522
REALIZAVEL A L.P.	527 816	745 817
RESULTADO DE EXERC. FUTUROS		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(2 598 504)	(4 117 479)
REAL	477 811	342 860

	1986	1987
LIQUIDEZ		
LIQUIDEZ ABSOLUTA	0.002	0.007
LIQUIDEZ CORRENTE	0.116	0.030
LIQUIDEZ GERAL	0.141	0.068
LIQUIDEZ SECA	0.111	0.023
CAPITAL DE GIRO	(2 252 834)	(3 603 414)
RENTABILIDADE		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0.337	0.362
ATIVO REAL	(1.833)	(4.345)
OPERACIONAL	(1.600)	(7.292)

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS (Cz\$ 1000)

RETORNO

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA  
CUSTO DA ATIVIDADE  
GASTOS OPERACIONAL  
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO  
RECEITAS EXTRA-OPERACIONAIS  
GASTOS EXTRA-OPERACIONAIS  
RESULTADO DA CORREÇÃO MONETARIA  
ADJUSTAMENTO P/I.R.  
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

	1986	1987
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	542 346	204 300
CUSTO DA ATIVIDADE	784 846	273 609
GASTOS OPERACIONAL	1 313 999	3 524 600
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	(1 556 499)	(3 593 309)
RECEITAS EXTRA-OPERACIONAIS	19 620	38 794
GASTOS EXTRA-OPERACIONAIS		
RESULTADO DA CORREÇÃO MONETARIA	661 133	2 064 785
ADJUSTAMENTO P/I.R.		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(875 746)	(1 489 730)

	1986	1987
INVESTIMENTO OPERACIONAL	(3.267)	(10.524)
INVESTIMENTO TOTAL	(1.833)	(4.345)
ENDIVIDAMENTO		
% DE TERCEIROS/PRÓPRIO	(1.184)	(1.083)
% DE TERCEIROS/RECURSOS GLOBAIS	6.438	13.009
COMPOSIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES	0.828	0.833
RECURSO PRÓPRIOS/DÍVIDA TOTAL	(0.845)	0.923
INSOLVÊNCIA E ENDIVIDAMENTO		
FATOR DE INSOLVÊNCIA	0.912	0.554
ENDIVIDAMENTO C/INSTITUIC.FINANC.		
INVESTIMENTO TOTAL	5.857	12.868
EXIGÍVEL TOTAL	0.910	0.989

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Diagnóstico do Setor Público no RGS

Setor das Empresas Estatais

1 IDENTIFICACAO		OBJETIVO	
Lactaria Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos - CORLAC			
PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS		PESSOAL	
1986	1987	1986	1987
		TOTAL	892 858
		PRINCIPAIS PARTICIPACOES ACIONARIAS (1986)	
		UNIAO	
		ESTADO	
		MUNICIPIOS	
		OUTROS	
2 DOS DE BALANÇO (Cz\$1000)		INDICADORES ECONOMICO-FINANCEIROS	
1986	1987	1986	1987
ATIVO		LIQUIDEZ	
CIRCULANTE	237 863	585 291	LIQUIDEZ ABSOLUTA 0.055 0.175
EXIGIVEL A L.P.	33 143	35 285	LIQUIDEZ CORRENTE 0.001 1.482
PERMANENTE	253 682	235 328	LIQUIDEZ GERAL 0.004 1.552
TOTAL	524 688	775 904	LIQUIDEZ SECA 0.443 0.735
		CAPITAL DE GIRO (59 028.060) 164 262.000	
PASSIVO		RENTABILIDADE	
CIRCULANTE	296 892	341 029	PATRIMONIO LIQUIDO (-0.480) 0.235
EXIGIVEL A L.P.	9 522	7 242	ATIVO REAL (-0.200) 0.130
RESULTADO DE EXERC.FUTUROS			OPERACIONAL (-0.086) 0.082
PATRIMONIO LIQUIDO	218 274	427 633	
TOTAL	524 688	775 904	
DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS (Cz\$ 1000)		RETORNO	
1986	1987	INVESTIMENTO OPERACIONAL (-0.194) 0.113	
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	1 211 099	1 023 457	INVESTIMENTO TOTAL (-0.200) 0.130
DEBITO DA ATIVIDADE	1 107 195	1 050 747	ENDIVIDAMENTO
PESAS OPERACIONAL	194 695	1 021 976	K DE TERCEIROS/K PROPRIO 1.404 0.814
RESULTADO OPERACIONAL LIQUIDO	(90 791)	80 734	K DE TERCEIROS/RECURSOS GLOBAIS 0.584 0.449
		COMPOSICAO DAS EXIGIBILIDADES	
		RECURSO PROPRIOS/DIVIDA TOTAL 0.712 1.288	
		RECURSO PROPRIOS/DIVIDA TOTAL	
RECEITAS EXTRA-OPERACIONAIS	1 579	4 721	
PESAS EXTRA-OPERACIONAIS	6 982		INSOLVENCIA E ENDIVIDAMENTO
RESULTADO DA CORRECAO MONETARIA	(8 567)	15 119	FATOR DE INSOLVENCIA 1.696 3.346
IMPONTO P/I.R.			ENDIVIDAMENTO C/INSTITUIC.FINANC.
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	(104 681)	100 574	INVESTIMENTO TOTAL 0.044 0.017
		EXIGIVEL TOTAL 0.075 0.038	
CORRECOES COMPLEMENTARES			

Grupo das Empresas Estatais

IDENTIFICACAO		OBJETIVO	
Fábrica de Laticínios Gabrielense - COLAGA			
PAIS PRODUTOS E SERVICOS		PESSOAL	
1986	1987	1986	1987
TOTAL		TOTAL	
PRINCIPAIS PARTICIPACOES ACIONARIAS (1986)			
UNIAO			
ESTADO			
MUNICIPIOS			
OUTROS			
DADOS DE BALANCO (Cz\$1000)		INDICADORES ECONOMICO-FINANCEIROS	
1986	1987	1986	1987
ATIVO		LIQUIDEZ	
RECORRENTE	6 698	4 377	LIQUIDEZ ABSOLUTA
NIVEL A L.P.	552	535	LIQUIDEZ CORRENTE
PERMANENTE	5 583	5 298	LIQUIDEZ GERAL
TOTAL	12 825	10 210	LIQUIDEZ SECA
		CAPITAL DE GIRO	
		(3 282.000)	
		(159.000)	
PASSIVO		RENTABILIDADE	
RECORRENTE	9 973	4 536	PATRIMONIO LIQUIDO
NIVEL A L.P.	273	909	ATIVO REAL
RESULTADO DE EXERC.FUTUROS			OPERACIONAL
PATRIMONIO LIQUIDO	2 579	4 765	
TOTAL	12 825	10 210	RETORNO
DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS (Cz\$ 1000)		INVESTIMENTO OPERACIONAL	
		INVESTIMENTO TOTAL	
1986	1987		
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	36 412	36 869	ENDIVIDAMENTO
COSTO DA ATIVIDADE	35 896	35 928	% DE TERCEIROS/% PROPRIO
RECEITA OPERACIONAL	4 572	4 514	% DE TERCEIROS/RECURSOS GLOBAIS
RESULTADO OPERACIONAL LIQUIDO	(3 256)	427	COMPOSICAO DAS EXIGIBILIDADES
		RECURSO PROPRIOS/DIVIDA TOTAL	
		0,252	
		0,875	
		INSOLVENCIA E ENDIVIDAMENTO	
		FATOR DE INSOLVENCIA	
		0,777	
		2,894	
		ENDIVIDAMENTO C/INSTITUIC.FINANC.	
		INVESTIMENTO TOTAL	
		EXIGIVEL TOTAL	
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO			
(3 504)	2 149		
DADOS COMPLEMENTARES			

Controle do Setor Público no RGS

Ministério das Empresas Estatais

IDENTIFICACAO

Companhia Vacariense de Laticônios - COVAL

OBJETIVO

PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS

PESSOAL

1986

1987

1986

1987

TOTAL

PRINCIPAIS PARTICIPACOES ACIONARIAS (1986)

UNIAO

ESTADO

MUNICIPIOS

OUTROS

CONTAS DE BALANÇO (Cz\$1000)

INDICADORES ECONOMICO-FINANCEIROS

1986

1987

1986

1987

ATIVO

CIRCULANTE

13 070

20 557

REALIZAVEL A L.P.

9 440

2 089

PERMANENTE

27 529

26 133

TOTAL

50 047

48 779

LIQUIDEZ

LIQUIDEZ ABSOLUTA

0.171

0.337

LIQUIDEZ CORRENTE

0.571

1.032

LIQUIDEZ GERAL

0.977

1.129

LIQUIDEZ SECA

0.356

0.754

CAPITAL DE GIRO

(9 831.000)

646.000

PASSIVO

CIRCULANTE

22 909

19 911

REALIZAVEL A L.P.

148

150

RESULTADO DE EXERC. FUTUROS

PATRIMONIO LIQUIDO

26 990

28 718

TOTAL

50 047

48 779

RENTABILIDADE

PATRIMONIO LIQUIDO

(0.073)

0.070

ATIVO REAL

(0.039)

0.041

OPERACIONAL

(0.019)

0.017

RETORNO

INVESTIMENTO OPERACIONAL

(0.017)

0.095

INVESTIMENTO TOTAL

(0.039)

0.041

1986

1987

RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA

106 208

116 185

RECEITA DA ATIVIDADE

95 763

101 632

DESPESA OPERACIONAL

13 971

12 406

RESULTADO OPERACIONAL LIQUIDO

(3 526)

2 147

RECEITAS EXTRA-OPERACIONAIS

2 021

28

DESPESAS EXTRA-OPERACIONAIS

64

62

RESULTADO DA CORRECAO MONETARIA

(398)

88

REVISAO P/I.R.

188

RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO

(1 967)

2 013

ENDIVIDAMENTO

% DE TERCEIROS/% PROPRIO

0.854

0.699

% DE TERCEIROS/RECURSOS GLOBAIS

0.461

0.411

COMPOSICAO DAS EXIGIBILIDADES

0.994

0.993

RECURSO PROPRIOS/DIVIDA TOTAL

1.171

1.432

INSOLVENCIA E ENDIVIDAMENTO

FATOR DE INSOLVENCIA

1.985

3.205

ENDIVIDAMENTO C/INSTITUIC.FINANC.

INVESTIMENTO TOTAL

—

—

EXIGIVEL TOTAL

—

—

INFORMACOES COMPLEMENTARES

Relatório do Setor Público no RGS

Grupo das Empresas Estatais

IDENTIFICAÇÃO

Indústria Laticínios S/A - Laticínios e Correlatos

PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS

ESTADO DE BALANÇO (Cz\$ 1000)

ATIVO

CIRCULANTE  
REALIZAVEL A L.P.  
PERMANENTE

PASSIVO

CIRCULANTE  
NÍVEL A L.P.  
RESULTADO DE EXERC. FUTUROS  
PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS (Cz\$ 1000)

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA  
CUSTO DA ATIVIDADE  
DESPESA OPERACIONAL  
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO

RECEITAS EXTRA-OPERACIONAIS  
DESPESAS EXTRA-OPERACIONAIS  
RESULTADO DA CORREÇÃO MONETARIA  
REVISÃO P/I.R.

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

OBJETIVO

PESSOAL

TOTAL

PRINCIPAIS PARTICIPAÇÕES ACIONARIAS (1985)

UNIAO

ESTADO

MUNICIPIOS

OUTROS

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

LIQUIDEZ

LIQUIDEZ ABSOLUTA  
LIQUIDEZ CORRENTE  
LIQUIDEZ GERAL  
LIQUIDEZ SECA  
CAPITAL DE GIRO

RENTABILIDADE

PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
ATIVO REAL  
OPERACIONAL

RETORNO

INVESTIMENTO OPERACIONAL  
INVESTIMENTO TOTAL

ENDIVIDAMENTO

K DE TERCEIROS/K PROPRIO  
K DE TERCEIROS/RECURSOS GLOBAIS  
COMPOSIÇÃO DAS EXIGIBILIDADES  
RECURSO PROPRIOS/DIVIDA TOTAL

INSOLVENCIA E ENDIVIDAMENTO

FATOR DE INSOLVENCIA  
ENDIVIDAMENTO C/INSTITUIC.FINANC.

INVESTIMENTO TOTAL

EXIGIVEL TOTAL

1986

1987

1986

1987

38 530

37 941

1 608

2 708

25 384

27 266

65 522

67 915

35 376

36 759

275

377

29 871

30 779

65 522

67 915

1986

1987

218 918

220 945

204 097

205 728

11 940

12 292

2 881

2 925

1 201

4

141

25

(491)

(2 266)

933

239

2 517

399

0.012

0.059

1.089

1.032

1.135

1.106

0.837

0.809

3 154.000

1 182.000

0.084

0.013

0.038

0.006

0.012

0.002

0.044

0.043

0.038

0.006

1.184

1.194

0.540

0.541

1.000

1.000

0.838

0.829

3.303

3.210

—

—

—

—

DESCRIÇÃO		OBJETIVO		
Companhia Riograndense de Mineração - CRM		Exploração comercial e industrial do carvão mineral bem como de outras substâncias minerais		
PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS (1000 Ton)		PESSOAL		
	1986	1987	1986	1987
Carvão	1 197		TOTAL	1 188 1 012
		PRINCIPAIS PARTICIPAÇÕES ACIONARIAS (1986)		
		UNIAO		
		ESTADO		99,9%
		MUNICIPIOS		
		OUTROS		0,1%
CONTAS DE BALANÇO (Cz\$1000)		INDICADORES ECONOMICO-FINANCEIROS		
	1986	1987	1986	1987
ATIVO		LIQUIDEZ		
CORRENTE	366 529	300 035	LIQUIDEZ ABSOLUTA	0,006 0,007
REALIZAVEL A L.P.	23 585	24 662	LIQUIDEZ CORRENTE	0,183 0,134
PERMANENTE	10 242 963	10 393 687	LIQUIDEZ GERAL	0,059 0,046
TOTAL	10 633 077	10 718 384	LIQUIDEZ SECA	0,041 0,057
		CAPITAL DE GIRO		(1 639 977) (1 946 979)
PASSIVO		RENTABILIDADE		
CORRENTE	2 006 506	2 247 014	PATRIMONIO LIQUIDO	0,023 (0,100)
DETERMINAVEL A L.P.	4 552 930	4 769 439	ATIVO REAL	0,009 (0,062)
RESULTADO DE EXERC. FUTUROS			OPERACIONAL	0,147 (1,420)
TRIMONIO LIQUIDO	4 073 641	3 701 931		
TOTAL	10 633 077	10 718 384	RETORNO	
DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS (Cz\$ 1000)		INVESTIMENTO OPERACIONAL		(0,083) (0,165)
	1986	1987	INVESTIMENTO TOTAL	0,009 (0,062)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	639 294	468 743	ENDIVIDAMENTO	
RESULTADO DA ATIVIDADE	657 407	405 426	R DE RECURSOS/X PROPRIO	1,610 1,895
DESPESA OPERACIONAL	868 434	1 830 200	R DE RECURSOS/RECURSOS GLOBAIS	0,617 0,655
RESULTADO OPERACIONAL LIQUIDO	(878 547)	(1 766 963)	COMPOSICAO DAS EXIGIBILIDADES	0,306 0,320
			RECURSO PROPRIOS/DIVIDA TOTAL	0,621 0,528
RECEITAS EXTRA-OPERACIONAIS	6 030	1 343		
DESPESAS EXTRA-OPERACIONAIS	46 398	226 872	INSOLVENCIA E ENDIVIDAMENTO	
RESULTADO DA CORRECAO MONETARIA	1 039 652	763 201	FATOR DE INSOLVENCIA	(0,481) (0,498)
RECORRETO P/I.R.	26 862	563 750	ENDIVIDAMENTO C/INSTITUIC.FINANC.	
			INVESTIMENTO TOTAL	---
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	93 883	(1 793 041)	EXIGIVEL TOTAL	---
INFORMACOES COMPLEMENTARES				

Diagnostico do Setor Publico no RDS

Estado das Empresas Estatais

IDENTIFICACAO

Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN

PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVICOS

	1986	1987		1986	1987
			TOTAL	5 438	5 220
			PRINCIPAIS PARTICIPACOES ACIONARIAS (1986)		
			UNIAO		
			ESTADO		99.92
			MUNICIPIOS		
			OUTROS		0.12

CONTAS DE BALANCO (Cz\$1000)

	1986	1987		1986	1987
ATIVO			LIQUIDEZ		
RECORRENTE	869 311	1 264 721	LIQUIDEZ ABSOLUTA	0.058	0.097
EXIGIVEL A L.P.	3 869	19 891	LIQUIDEZ CORRENTE	0.614	0.657
PERMANENTE	18 439 449	18 745 654	LIQUIDEZ GERAL	0.079	0.107
TOTAL	19 312 629	20 030 266	LIQUIDEZ SECA	0.504	0.560
			CAPITAL DE GIRO	(547 298)	(659 976)
PASSIVO			RENTABILIDADE		
RECORRENTE	1 416 600	1 924 697	PATRIMONIO LIQUIDO	0.058	(0.050)
EXIGIVEL A L.P.	9 685 163	10 082 334	ATIVO REAL	0.025	(0.020)
RESULTADO DE EXERC.FUTUROS			OPERACIONAL	0.122	(0.134)
PATRIMONIO LIQUIDO	8 210 858	8 023 235			
TOTAL	19 312 629	20 030 266			

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS (Cz\$ 1000)

	1986	1987		1986	1987
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	3 312 227	2 972 356	ENDIVIDAMENTO		
CUSTO DA ATIVIDADE	2 000 957	2 044 516	% DE TERCEIROS/X PROPRIO	1.352	1.497
DESPESA OPERACIONAL	1 300 302	1 306 454	% DE TERCEIROS/RECURSOS GLOBAIS	0.575	0.599
RESULTADO OPERACIONAL LIQUIDO	(314 032)	(378 614)	COMPOSICAO DAS EXIGIBILIDADES	0.128	0.160
			RECURSO PROPRIOS/DIVIDA TOTAL	0.740	0.668
RECEITAS EXTRA-OPERACIONAIS	504 105	118 539			
DESPESAS EXTRA-OPERACIONAIS	71 650	14 599	INSOLVENCIA E ENDIVIDAMENTO		
RESULTADO DA CORRECAO MONETARIA	428 545	(17 844)	FATOR DE INSOLVENCIA	0.825	0.972
REVISAO P/I.R.	67 566	106 684	ENDIVIDAMENTO C/INSTITUIC.FINANC.		
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	479 402	(399 202)	INVESTIMENTO TOTAL	0.511	0.530
			EXIGIVEL TOTAL	0.889	0.805

INFORMACOES COMPLEMENTARES

Diagnóstico do Setor Público no RGS

Ministério das Empresas Estatais

IDENTIFICACAO		OBJETIVO	
Companhia de Industrias Eletroquimicas		[exploracao industrial e comercial] de produtos quimicos [para o tratamento de agua, esgoto fertilizantes e adubos]	
PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVICOS		PESSOAL	
	1986	1987	1986
			50
Sulfato de Alumínio Ferroso	21.3 Ton.		
Sulfato de Alumínio Isento Ferroso	3.1 Ton.		
PRINCIPAIS PARTICIPACOES ACIONARIAS (1986)		INDICADORES ECONOMICO-FINANCEIROS	
	1986	1987	1986
			1987
			93,21
			6,982
CONTAS DE BALANCO (Cz\$1000)		INDICADORES ECONOMICO-FINANCEIROS	
	1986	1987	1986
			1987
ATIVO			
CIRCULANTE	42 065	58 823	LIQUIDEZ
REALIZAVEL A L.P.	1 809	995	LIQUIDEZ ABSOLUTA
PERMANENTE	21 846	22 466	LIQUIDEZ CORRENTE
TOTAL	65 720	82 284	LIQUIDEZ GERAL
			LIQUIDEZ SECA
			CAPITAL DE GIRO
PASSIVO			
CIRCULANTE	13 286	23 144	RENTABILIDADE
REALIZAVEL A L.P.			PATRIMONIO LIQUIDO
RESULTADO DE EXERC.FUTUROS			ATIVO REAL
PATRIMONIO LIQUIDO	52 432	59 140	OPERACIONAL
TOTAL	65 720	82 284	
DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS (Cz\$ 1000)		RETORNO	
	1986	1987	INVESTIMENTO OPERACIONAL
			INVESTIMENTO TOTAL
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	149 116	121 656	ENDIVIDAMENTO
CUSTO DA ATIVIDADE	121 908	80 340	K DE TERCEIROS/K PROPRIO
DESPESA OPERACIONAL	7 959	6 610	K DE TERCEIROS/RECURSOS GLOBAIS
RESULTADO OPERACIONAL LIQUIDO	19 249	34 706	COMPOSICAO DAS EXIGIBILIDADES
			RECURSO PROPRIOS/DIVIDA TOTAL
RECEITAS EXTRA-OPERACIONAIS			
DESPESAS EXTRA-OPERACIONAIS			INSOLVENCIA E ENDIVIDAMENTO
RESULTADO DA CORRECAO MONETARIA	(10 982)	(25 157)	FATOR DE INSOLVENCIA
REVISAO P./I.R.	3 200	3 980	ENDIVIDAMENTO C/INSTITUIC.FINANC.
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	5 067	5 569	INVESTIMENTO TOTAL
			EXIGIVEL TOTAL
FORMACOES COMPLEMENTARES			



Diagnóstico do Setor Público no RGS

Registro das Empresas Estatais

IDENTIFICACAO		OBJETIVO	
Companhia Riograndense de Telecomunicacoes - CRT		Instalar, operar e explorar os servicos de telecomunicacoes do estado	
PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVICOS		PESSOAL	
	1986	1987	1986
Linhas em Servico			1987
			TOTAL
			6 911
			6 653
ESTADO		PRINCIPAIS PARTICIPACOES ACIONARIAS (1986)	
			UNIAO
			13.7%
			ESTADO
			19.0%
			MUNICIPIOS
			OUTROS
			67.3%
CONTAS DE BALANCO (Cz\$1000)		INDICADORES ECONOMICO-FINANCEIROS	
	1986	1987	1986
			1987
ATIVO		LIQUIDEZ	
RECORRENTE	1 767 793	2 452 936	LIQUIDEZ ABSOLUTA
REALIZAVEL A L.P.	270 927	179 698	0.002
PRECATOS	31 683 663	30 949 537	LIQUIDEZ CORRENTE
REALIZAVEL	33 722 383	33 582 173	0.119
			LIQUIDEZ GERAL
			0.107
			LIQUIDEZ SECA
			0.114
			0.157
			CAPITAL DE GIRO
			(13 040 652)(13 110 014)
PASSIVO		RENTABILIDADE	
RECORRENTE	14 808 445	15 562 952	RENTABILIDADE
DEBITAVEL A L.P.	4 158 025	2 395 610	PATRIMONIO LIQUIDO
RESULTADO DE EXERC.FUTUROS			(0.068)
PATRIMONIO LIQUIDO	14 755 913	15 623 611	(0.102)
REALIZAVEL	33 722 383	33 582 173	ATIVO REAL
			(0.030)
			OPERACIONAL
			(0.153)
			(0.204)
DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS (Cz\$ 1000)		RETORNO	
	1986	1987	INVESTIMENTO OPERACIONAL
			(0.106)
			(0.026)
			INVESTIMENTO TOTAL
			(0.030)
			(0.047)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA		ENDIVIDAMENTO	
	6 518 524	5 594 784	INDEVIDUACAO DE TERCEIROS/X PROPRIO
RECEITA DA ATIVIDADE	5 296 244	3 959 840	1.285
RECEITA OPERACIONAL	4 791 250	2 497 341	1.150
RESULTADO OPERACIONAL LIQUIDO	(3 568 970)	(862 397)	X DE TERCEIROS/RECURSOS GLOBAIS
			0.562
			0.535
			COMPOSICAO DAS EXIGIBILIDADES
			RECURSO PROPRIOS/DIVIDA TOTAL
			0.781
			0.867
			0.870
RECEITAS EXTRA-OPERACIONAIS		INSOLVENCIA E ENDIVIDAMENTO	
	504 187	128 021	INSOLVENCIA E ENDIVIDAMENTO
RECEITAS EXTRA-OPERACIONAIS	41 046		FATOR DE INSOLVENCIA
RESULTADO DA CORRECCAO MONETARIA	2 107 292	(856 024)	0.028
REVISAO P/I.R.			0.247
			134
			ENDIVIDAMENTO C/INSTITUIC.FINANC.
			INVESTIMENTO TOTAL
			0.242
			0.204
			EXIGIVEL TOTAL
			0.430
			0.382
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO		INFORMACOES COMPLEMENTARES	
	(998 537)	(1 590 534)	

Empresas Estatais

IDENTIFICACAO		OBJETIVO	
Rio-grandense de Turismo - CRTUR		Colaborar com orgaos publicos e entidades privadas visando a concretizacao de medidas para o fomento do turismo	
PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVICOS		PESSOAL	
	1986	1987	1986 1987
			TOTAL 137
CONTAS DE BALANCO (Cz\$1000)		INDICADORES ECONOMICO-FINANCEIROS	
	1986	1987	1986 1987
PATRIMONIO LÍQUIDO		LIQUIDEZ	
ANTE	17 431	9 345	LIQUIDEZ ABSOLUTA 0.269 0.130
DEL A L.P.	31	88	LIQUIDEZ CORRENTE 2.560 1.331
PARCENHA	95 608	92 860	LIQUIDEZ GERAL 2.362 1.343
	113 070	101 493	LIQUIDEZ SECA 2.553 1.298
			CAPITAL DE GIRO 10 623 2 322
PATRIMONIO LÍQUIDO		RENTABILIDADE	
ANTE	6 808	7 023	PATRIMONIO LÍQUIDO 0.038 (0.133)
DEL A L.P.	584	1	ATIVO REAL 0.036 (0.124)
RESULTADO DE EXERC. FUTUROS			OPERACIONAL 0.057 (0.362)
PATRIMONIO LÍQUIDO	105 678	94 469	
	113 070	101 493	
DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS (Cz\$ 1000)		RETORNO	
	1986	1987	INVESTIMENTO OPERACIONAL 0.213 (0.150)
			INVESTIMENTO TOTAL 0.036 (0.124)
RENTABILIDADE		ENDIVIDAMENTO	
RENTABILIDADE OPERACIONAL LÍQUIDA	71 204	32 839	K DE TERCEIROS/K PROPRIO 0.070 0.074
RENTABILIDADE DE ATIVIDADE	46 915	23 932	K DE TERCEIROS/RECURSOS GLOBAIS 0.065 0.069
RENTABILIDADE OPERACIONAL	16 678	13 399	COMPOSICAO DAS EXIGIBILIDADES 0.921 0.990
RENTABILIDADE OPERACIONAL LÍQUIDA	7 687	(4 492)	RECURSO PROPRIOS/DIVIDA TOTAL 14.296 13.450
EXTRA-OPERACIONAIS		INSOLVENCIA E ENDIVIDAMENTO	
EXTRA-OPERACIONAIS	9	571	FATOR DE INSOLVENCIA 10.225 5.354
RESULTADO DA CORRECAO MONETARIA	(3 662)	(8 591)	ENDIVIDAMENTO C/INSTITUIC.FINANC. 0.001 —
100% P/L.R.			INVESTIMENTO TOTAL 0.006 —
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCICIO	4 034	(12 556)	EXIGIVEL TOTAL 0.006 —
NOTAS COMPLEMENTARES			

Diagnóstico do Setor Público no RGS

Setor das Empresas Estatais

I IDENTIFICAÇÃO		OBJETIVO			
Empresa Rio-Grandense de Artes Gráficas		Execução de serviços gráficos em geral e atividades afins (responsável) pela edição dos diários oficiais			
PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS		PESSOAL			
	1986	1987	1986	1987	
Diário Oficial (exemplares)	2 307 515		420	520	
ESTRUTURA DE BALANÇO (Cz\$ 1000)		INDICADORES ECONÔMICOS-FINANCEIROS			
	1986	1987	1986	1987	
ATIVO		LIQUIDEZ			
Disponível	218 264	148 868	LIQUIDEZ ABSOLUTA	0.600	0.187
Realizável a L.P.	28	156	LIQUIDEZ CORRENTE	3.644	4.165
Indisponível	101 092	120 682	LIQUIDEZ GERAL	3.644	4.170
Total	319 324	261 706	LIQUIDEZ SECA	2.729	3.374
PASSIVO		CAPITAL DE GIRO		158 320	107 048
Disponível	59 884	33 020	RENTABILIDADE		
Realizável a L.P.			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Resultado de Exerc. Futuros			ATIVO REAL		
Patrimônio Líquido	259 440	227 886	OPERACIONAL		
Total	319 324	261 706			
DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS (Cz\$ 1000)		RETORNO			
	1986	1987	INVESTIMENTO OPERACIONAL		
Receita Operacional Líquida	321 535	262 500	INVESTIMENTO TOTAL		
Resultado da Atividade	162 670	112 109			
Despesa Operacional	70 115	53 474	ENDIVIDAMENTO		
Resultado Operacional Líquido	88 750	96 997	K DE TERCEIROS/K PRÓPRIO		
Despesas Extra-Operacionais	8 311	5 564	K DE TERCEIROS/RECURSOS PRÓPRIOS		
Resultado da Correção Monetária	(58 605)	(124 002)	COMPOSIÇÃO DAS EXIGIBILIDADES		
Resultado Líquido do Exercício	19 807	(32 569)	RECURSO PRÓPRIOS/DÍVIDA TOTAL		
FORMAÇÕES COMPLEMENTARES		INSOLVÊNCIA E ENDIVIDAMENTO		FATOR DE INSOLVÊNCIA	
			11.764		14.389
			ENDIVIDAMENTO C/INSTITUIÇ. FINANC.		
			INVESTIMENTO TOTAL		
			EXIGÍVEL TOTAL		

Questão do Setor Público no RGS

Estado das Empresas Estatais

1. IDENTIFICAÇÃO:		OBJETIVO	
Banco de Desenvolvimento do RS-BADCSUL			
PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS:		PESSOAL	
	1986	1987	1986
			1987
			TOTAL
			PARTICIPAÇÕES ACIONARIAS (1986)
			UNIDADE
			ESTADOS
			MUNICÍPIOS
			OUTROS
2. DADOS DE BALANÇO (Cz\$ 1000)		INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS	
	1986	1987	1986
			1987
			LIQUIDEZ
ATIVO			LIQUIDEZ ABSOLUTA
CIRCULANTE	7 989 124	6 721 539	0.005
REALIZAVEL A L.P.	7 402 090	10 330 371	1.149
PERMANENTE	93 763	93 254	1.068
TOTAL	15 484 978	17 145 164	1.149
			LIQUIDEZ SECA
			1.149
			CAPITAL DE GIRO
			1 037 774
			652 697
			RENTABILIDADE
ATIVO			PATRIMÔNIO LÍQUIDO
CIRCULANTE	6 951 350	6 060 042	0.040
REALIZAVEL A L.P.	7 463 000	9 939 720	0.027
RESULTADO DE EXERC. FUTUROS	10 412	11 138	0.003
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1 059 327	1 125 463	0.006
TOTAL	15 484 978	17 145 164	0.002
			RETORNO
			INVESTIMENTO OPERACIONAL
			0.027
			INVESTIMENTO TOTAL
			0.003
			ENDIVIDAMENTO
			DE TERCEIROS/K PROPRIO
			13.680
			14.224
			DE TERCEIROS/RECURSOS GLOBAIS
			0.931
			0.934
			COMPOSIÇÃO DAS EXIGIBILIDADES
			0.402
			0.379
			RECURSO PROPRIOS/DIVIDA TOTAL
			0.073
			0.074
			INSOLVENCIA E ENDIVIDAMENTO
			FATOR DE INSOLVENCIA
			0.134
			(0.178)
			ENDIVIDAMENTO C/INSTITUIC.FINANC.
			INVESTIMENTO TOTAL
			EXIGIVEL TOTAL
			---
			---
3. DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS (Cz\$ 1000)			
	1986	1987	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	6 610 249	15 056 009	
RESULTADO DA ATIVIDADE			
DESPESA OPERACIONAL	6 180 227	14 207 665	
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	422 022	848 344	
RECEITAS EXTRA-OPERACIONAIS	5 561	105	
DESPESAS EXTRA-OPERACIONAIS	76 110		
RESULTADO DA CORREÇÃO MONETÁRIA	(271 473)	(771 651)	
REVISÃO P/I.R.	37 462	46 150	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	42 539	30 639	
4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			

Diagnóstico do Setor Público no RS

Setor das Empresas Estatais

II. IDENTIFICAÇÃO:		OBJETIVO	
Banco do Estado do RS S/A-BANPISUL			
ATIVIDADES PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS:		PESSOAL	
	1986	1987	1986 1987
		TOTAL	
		PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS (1986)	
		UNIAO	
		ESTADOS	
		MUNICIPIOS	
		OUTROS	
III. DADOS DE BALANÇO (Cz\$ 1000)		INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS	
	1986	1987	1986 1987
ATIVO		LIQUIDEZ	
RECORRENTE	62 166 572	61 577 242	LIQUIDEZ ABSOLUTA 0.079 0.056
REALIZÁVEL A L.P.	33 199 722	25 440 663	LIQUIDEZ CORRENTE 1.047 1.145
PERMANENTE	5 418 927	5 427 138	LIQUIDEZ GERAL 1.026 1.052
TOTAL	100 785 221	92 445 043	LIQUIDEZ SECA 1.047 1.145
		CAPITAL DE GIRO 2 805 396 7 817 590	
PASSIVO		RENTABILIDADE	
RECORRENTE	59 360 176	53 759 652	PATRIMÔNIO LÍQUIDO 0.167 0.199
REALIZÁVEL A L.P.	33 397 913	28 999 296	ATIVO REAL 0.013 0.021
RESULTADO DE EXERC. FUTUROS	815	93	OPERACIONAL 0.038 0.035
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8 026 317	9 686 002	
TOTAL	100 785 221	92 445 043	
IV. DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS (Cz\$ 1000)		RETORNO	
	1986	1987	INVESTIMENTO OPERACIONAL 0.024 0.061
			INVESTIMENTO TOTAL 0.013 0.021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	35 256 026	54 659 742	ENDIVIDAMENTO
RESULTADO DA ATIVIDADE			% DE TERCEIROS/% PRÓPRIO 11.557 0.544
PESAS OPERACIONAL	32 940 175	49 194 843	% DE TERCEIROS/RECURSOS GLOBAIS 0.920 0.095
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	2 315 851	5 464 899	COMPOSIÇÃO DAS EXIGIBILIDADES
			RECURSO PRÓPRIOS/DÍVIDA TOTAL 0.067 0.117
RECEITAS EXTRA-OPERACIONAIS	981 439	341 671	
PESAS EXTRA-OPERACIONAIS	51 472	80 969	INSOLVÊNCIA E ENDIVIDAMENTO
RESULTADO DA CORREÇÃO MONETÁRIA	(383 839)	(2 036 536)	FATOR DE INSOLVÊNCIA 0.497 1.777
REAJUSTO P/T.R.	1 520 791	1 766 607	ENDIVIDAMENTO C/INSTITUIÇ.FINANC.
			INVESTIMENTO TOTAL 0.360 0.369
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1 341 188	1 922 458	EXIGÍVEL TOTAL 0.040 0.413
V. ORÇAMENTOS COMPLEMENTARES			

Diagnóstico do Setor Público no RGS

Ministério das Empresas Estatais

CLASSIFICAÇÃO:		OBJETIVO	
PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS:		ARRAZENAGEM SIMPLIS/FORNECIMENTO DE WARRANTS	
		PESSOAL	
	1986	1987	1986 1987
		TOTAL	
		PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS (1985)	
		UNIAO	
		ESTADOS 99.48%	
		MUNICÍPIOS	
		OUTROS 0.52%	
CONTAS DE BALANÇO (Cz\$ 1000)		INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS	
	1986	1987	1986 1987
		LIQUIDEZ	
ATIVO			
CIRCULANTE	31 919	19 185	LIQUIDEZ ABSOLUTA 0.275 1.167
REALIZAVEL A L.P.	4 082	111	LIQUIDEZ CORRENTE 3.721 15.249
PERMANENTE	39 885	41 785	LIQUIDEZ GERAL 2.865 15.338
TOTAL	75 886	61 068	LIQUIDEZ SECA 2.865 15.148
		CAPITAL DE GIRO 23 342 17 852	
PASSIVO			
CIRCULANTE	8 577	1 253	RENTABILIDADE
EXIGIVEL A L.P.	3 990		PATRIMÔNIO LÍQUIDO (0.065) (0.061)
RESULTADO DE EXERC. FUTUROS			ATIVO REAL (0.054) (0.059)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	63 319	59 748	OPERACIONAL (0.172) (0.111)
TOTAL	75 886	61 000	
		RETORNO	
		INVESTIMENTO OPERACIONAL (0.101) (0.242)	
		INVESTIMENTO TOTAL (0.054) (0.059)	
		ENDIVIDAMENTO	
		K DE TERCEIROS/K PRÓPRIO 0.198 0.021	
		K DE TERCEIROS/RECURSOS GLOBAIS 0.166 0.021	
		COMPOSIÇÃO DAS EXIGIBILIDADES 0.683 1.000	
		RECURSO PRÓPRIOS/DÍVIDA TOTAL 5.038 47.690	
		INSOLVÊNCIA E ENDIVIDAMENTO	
		FATOR DE INSOLVÊNCIA 10.857 62.881	
		ENDIVIDAMENTO C/INSTITUIÇ. FINANC. — —	
		INVESTIMENTO TOTAL — —	
		EXIGIVEL TOTAL — —	
CONSTRATIVO DE RESULTADOS (Cz\$ 1000)			
	1986	1987	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23 807	32 611	
CUSTO DA ATIVIDADE	11 363	15 272	
PESAS OPERACIONAL	5 216	3 706	
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	7 228	13 633	
RECEITAS EXTRA-OPERACIONAIS	326	85	
DESPESAS EXTRA-OPERACIONAIS			
RESULTADO DA CORREÇÃO MONETÁRIA	(11 654)	(17 337)	
REVISÃO P/I.R.			
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(4 100)	(3 619)	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			

Diagnóstico do Setor Público no RDE

Setor das Empresas Estatais

II CLASSIFICAÇÃO:

Empresas Gerais e Entrepósitos Aduaneiros da Uruguitana S/A -

AL ISA

IMPACTOS PRODUTOS E SERVIÇOS:

CONTAS DE BALANÇO (Cz\$ 1000)

ATIVO

CIRCULANTE

REALIZAVEL A L.P.

PERMANENTE

TOTAL

PASSIVO

CIRCULANTE

REALIZAVEL A L.P.

RESULTADO DE EXERC. FUTUROS

PATRIMONIO LIQUIDO

TOTAL

EXTRATO CONSTATIVO DE RESULTADOS (Cz\$ 1000)

RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA

RESULTADO DA ATIVIDADE

DESPESA OPERACIONAL

RESULTADO OPERACIONAL LIQUIDO

RECEITAS EXTRA-OPERACIONAIS

DESPESAS EXTRA-OPERACIONAIS

RESULTADO DA CORREÇÃO MONETARIA

ADJUSTADO P/I.R.

RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO

INFORMACOES COMPLEMENTARES

obtido autorização p/ atuar no ramo pretendido aluga suas instalações p/a COBEC

OBJETIVO

Entrepósito aduaneiro/armazenagem alfandegaria

PESSOAL

1986 1987 1986 1987

TOTAL

PARTICIPANTES ACIONARIAS (1986)

UNIAS

ESTADOS

MUNICIPIOS

OUTROS

INDICADORES ECONOMICO-FINANCEIROS

1986 1987 1986 1987

LIQUIDEZ

LIQUIDEZ ABSOLUTA

LIQUIDEZ CORRENTE

LIQUIDEZ GERAL

LIQUIDEZ SECA

CAPITAL DE GIRO

RENTABILIDADE

PATRIMONIO LIQUIDO

ATIVO REAL

OPERACIONAL

RETORNO

INVESTIMENTO OPERACIONAL

INVESTIMENTO TOTAL

ENDIVIDAMENTO

K DE TERCEIROS/K PROPRIO

K DE TERCEIROS/RECURSOS GLOBAIS

COMPOSICAO DAS EXIGIBILIDADES

RECURSO PROPRIOS/DIVIDA TOTAL

INSOLVENCIA E ENDIVIDAMENTO

FATOR DE INSOLVENCIA

ENDIVIDAMENTO C/INSTITUIC.FINANC.

INVESTIMENTO TOTAL

EXIGIVEL TOTAL

1986

1987

1986

1987

9

1986

1987

1986

1987

9 000

8 181

3.598

11.538

14 221

14 083

4.905

15.707

23 229

22 264

4.905

15.707

7 171.580 7 661.000

1 837

521

0.130

0.024

0

0.119

0.024

10

0.380

0.053

21 393

21 743

23 229

22 264

0.547

0.617

0.119

0.024

1986

1987

7 289

9 818

0.086

0.024

1 166

3 616

0.079

0.023

6 123

6 202

1.000

1.000

11.581

41.744

(1 862)

(5 396)

20.286

65.021

1 491

282

2 769

524

Diagnóstico do Setor Público no RG5

Banco das Empresas Estatais

CLASSIFICAÇÃO		OBJETIVO			
Banco Financiera S/A - Crédito, Financiamentos e Investimen-					
PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS		PESSOAL			
1986	1987	1986	1987		
CONTAS DE BALANÇO (Cz\$ 1000)		INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS			
1986	1987	1986	1987		
ATIVO		LIQUIDEZ			
RECORRENTE	701 689	924 864	LIQUIDEZ ABSOLUTA	0.037	0.065
REALIZÁVEL A L.P.	26	83	LIQUIDEZ CORRENTE	1.419	1.406
PERMANENTE	148 713	139 923	LIQUIDEZ GERAL	1.419	1.406
TOTAL	850 349	1 064 870	LIQUIDEZ SECA	1.416	1.405
		CAPITAL DE GIRO		207 205	266 899
PASSIVO		RENTABILIDADE			
RECORRENTE	494 404	657 976	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(0.055)	0.150
REALIZÁVEL A L.P.			ATIVO REAL	(0.023)	0.057
RESULTADO DE EXERC. FUTUROS	0	0	OPERACIONAL	(0.030)	0.085
ATRIMÔNIO LÍQUIDO	355 945	406 894			
TOTAL	850 349	1 064 870			
CONSTRATIVO DE RESULTADOS (Cz\$ 1000)		RETORNO			
1986	1987		INVESTIMENTO OPERACIONAL	0.026	0.255
			INVESTIMENTO TOTAL	(0.023)	0.057
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	653 800	721 996	ENDIVIDAMENTO		
CUSTO DA ATIVIDADE			K DE TERCEIROS/K PRÓPRIO	1.309	1.617
DESPESA OPERACIONAL	634 185	454 991	K DE TERCEIROS/RECURSOS GLOBAIS	0.581	1.618
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	21 615	267 005	COMPOSIÇÃO DAS EXIGIBILIDADES	1.000	1.000
			RECURSO PRÓPRIOS/DÍVIDA TOTAL	0.720	0.618
RECEITAS EXTRA-OPERACIONAIS	25 566	5 168			
DESPESAS EXTRA-OPERACIONAIS	34		INSOLVÊNCIA E ENDIVIDAMENTO		
RESULTADO DA CORREÇÃO MONETÁRIA	(66 688)	(165 928)	FATOR DE INSOLVÊNCIA		
PROVISÃO P/I.R.		45 177	ENDIVIDAMENTO C/INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(19 533)	61 068	INVESTIMENTO TOTAL		
			EXIGÍVEL TOTAL		
FORMAÇÕES COMPLEMENTARES					



Investição do Setor Público no RDS

Cadastro das Empresas Estatais

IDENTIFICACAO

OBJETIVO

Missul Processamento de Dados Ltda

PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS

PESSOAL

1986

1987

1986

1987

TOTAL

PARTICIPACOES ACIONARIAS (1986)

UNIAO

ESTADOS

MUNICIPIOS

OUTROS

CONTAS DE BALANÇO (Cz\$ 1000)

INDICADORES ECONOMICO-FINANCEIROS

1986

1987

1986

1987

ATIVO

LIQUIDEZ

CIRCULANTE

73 097

96 513

LIQUIDEZ ABSOLUTA

0.290

0.005

REALIZAVEL A L.P.

44

1 506

LIQUIDEZ CORRENTE

1.250

1.161

PERMANENTE

824

1 854

LIQUIDEZ GERAL

1.251

1.179

TOTAL

73 965

98 873

LIQUIDEZ SECA

1.254

1.161

CAPITAL DE GIRO

14 633

13 376

ATIVO

RENTABILIDADE

CIRCULANTE

58 464

83 137

PATRIMONIO LIQUIDO

0.053

0.000

EXIGIVEL A L.P.

ATIVO REAL

0.011

0.000

RESULTADO DE EXERC.FUTUROS

OPERACIONAL

0.002

0.000

PATRIMONIO LIQUIDO

15 501

15 736

TOTAL

73 965

98 873

RETORNO

MONSTRATIVO DE RESULTADOS (Cz\$ 1000)

INVESTIMENTO OPERACIONAL

0.097

0.121

INVESTIMENTO TOTAL

0.011

0.000

1986

1987

RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA

435 939

431 830

ENDIVIDAMENTO

ESTO DA ATIVIDADE

404 042

395 400

INDICE DE TERCEIROS/RECURSOS PROPRIOS

3.772

5.203

DESPESA OPERACIONAL

24 022

24 515

INDICE DE TERCEIROS/RECURSOS GLOBAIS

0.790

0.041

RESULTADO OPERACIONAL LIQUIDO

7 075

11 835

COMPOSICAO DAS EXIGIBILIDADES

1.000

1.000

RECURSO PROPRIOS/DIVIDA TOTAL

0.265

0.189

RECEITAS EXTRA-OPERACIONAIS

4

DESPESAS EXTRA-OPERACIONAIS

144

INSOLVENCIA E ENDIVIDAMENTO

RESULTADO DA CORRECAO MONETARIA

(5 611)

(11 482)

FATOR DE INSOLVENCIA

3.935

3.093

PROVISAO P/I.R.

506

347

ENDIVIDAMENTO C/INSTITUIC.FINANC.

RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO

010

6

INVESTIMENTO TOTAL

EXIGIVEL TOTAL

INFORMACOES COMPLEMENTARES

1º trimestre do Setor Público no RGS

Estado das Empresas Estatais

3 IDENTIFICACAO

Manfisol S/A - Corretora de Valores Mobiliarios de Cambio

PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVICOS

	1986	1987		1986	1987
			TOTAL		
			PRINCIPAIS PARTICIPACOES ACIONARIAS (1986)		
			UNIAO		
			ESTADO		
			MUNICIPIOS		
			OUTROS		

CONTAS DE BALANCO (Cz\$ 1000)

	1986	1987		1986	1987
			INDICADORES ECONOMICO-FINANCEIROS		
			LIQUIDEZ		
ATIVO			LIQUIDEZ ABSOLUTA	0,073	0,017
CIRCULANTE	596 211	383 528	LIQUIDEZ CORRENTE	1,901	5,919
REALIZAVEL A L.P.		4 141	LIQUIDEZ GERAL	1,901	5,998
EXERCENTE	98 385	79 001	LIQUIDEZ SECA	1,897	5,916
TOTAL	686 596	466 670	CAPITAL DE GIRO	282 593	318 729
PASSIVO					
CIRCULANTE	313 618	64 799	RENTABILIDADE		
EXIGIVEL A L.P.			PATRIMONIO LIQUIDO	0,233	0,064
RESULTADO DE EXERC.FUTUROS			ATIVO REAL	0,127	0,055
PATRIMONIO LIQUIDO	372 978	402 871	OPERACIONAL	0,176	0,065
TOTAL	686 596	467 670			

DEMONSTRATIVOS DE RESULTADOS (Cz\$ 1000)

	1986	1987		1986	1987
			RETORNO		
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	494 177	394 901	INVESTIMENTO OPERACIONAL	0,384	0,598
COSTO DA ATIVIDADE			INVESTIMENTO TOTAL	0,127	0,055
DESPESA OPERACIONAL	234 477	124 138	ENDIVIDAMENTO		
RESULTADO OPERACIONAL LIQUIDO	259 775	270 763	% DE TERCEIROS/% PROPRIO	0,841	0,161
DEBITAS EXTRA-OPERACIONAIS	236	756	% DE TERCEIROS/RECURSOS GLOBAIS	0,457	0,139
DESPESAS EXTRA-OPERACIONAIS	26 729	192	COMPOSICAO DAS EXIGIBILIDADES	1,000	1,000
RESULTADO DA CORRECAO MONETARIA	(70 688)	(228 945)	RECURSO PROPRIOS/DIVIDA TOTAL	1,189	6,217
REVISAO P./J.R.	75 623	16 600	INSOLVENCIA E ENDIVIDAMENTO		
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	87 051	25 782	FATOR DE INSOLVENCIA	7,598	24,575
			ENDIVIDAMENTO C/INSTITUIC.FINANC.		
			INVESTIMENTO TOTAL		
			EXIGIVEL TOTAL		

FORNECIMENTOS COMPLEMENTARES

1 IDENTIFICACAO		OBJETIVO			
Banfisu S/A - Corretora de Valores Mobiliarios de Cambio					
2 PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVICOS		PESSOAL			
	1986	1987			
			1986		
			1987		
3 DOS DE BALANCO (C=51000)		INDICADORES ECONOMICO-FINANCEIROS			
	1986	1987			
			1986		
			1987		
ATIVO		LIQUIDEZ			
ATIVO CIRCULANTE	596 211	383 528	LIQUIDEZ ABSOLUTA	0.073	0.017
REALIZAVEL A L.P.		4 141	LIQUIDEZ CORRENTE	1.901	5.919
EXERCENTE	98 385	79 001	LIQUIDEZ GERAL	1.901	5.998
FIXO	686 596	466 670	LIQUIDEZ SECA	1.897	5.916
			CAPITAL DE GIRO	282 593	318 729
PASSIVO		RENTABILIDADE			
ATIVO CIRCULANTE	313 618	64 799	PATRIMONIO LIQUIDO	0.233	0.064
EXERCENTE A L.P.			ATIVO REAL	0.127	0.055
RESULTADO DE EXERC.FUTUROS			OPERACIONAL	0.176	0.065
PATRIMONIO LIQUIDO	372 978	402 871			
FIXO	686 596	467 670	RETORNO		
			INVESTIMENTO OPERACIONAL	0.384	0.590
4 MONSTRATJVO DE RESULTADOS (C=5 1000)		INVESTIMENTO TOTAL	0.127	0.055	
	1986	1987			
			ENDIVIDAMENTO		
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	494 150	394 901	% DE TERCEIROS/% PROPRIO	0.841	0.161
RETO DA ATIVIDADE			% DE TERCEIROS/RECURSOS GLOBAIS	0.457	0.139
DEPESA OPERACIONAL	234 400	124 138	COMPOSICAO DAS EXIGIBILIDADES	1.000	1.000
RESULTADO OPERACIONAL LIQUIDO	259 750	270 763	RECURSO PROPRIOS/DIVIDA TOTAL	1.189	6.217
RECEITAS EXTRA-OPERACIONAIS	236	756	INSOLVENCIA E ENDIVIDAMENTO		
DESPESAS EXTRA-OPERACIONAIS	26 729	192	FATOR DE INSOLVENCIA	7.590	24.575
RESULTADO DA CORRECAO MONETARIA	(70 688)	(228 945)	ENDIVIDAMENTO C/INSTITUIC.FINANC.		
REVISAO P/J.R.	75 623	16 600	INVESTIMENTO TOTAL		
			EXIGIVEL TOTAL		
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	87 051	25 782			
5 FORMACOES COMPLEMENTARES					

Diagnostico do Setor Publico no RGS

Setor das Empresas Estatais

IDENTIFICACAO

Companhia Uniao de Seguros Gerais

PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVICOS

OBJETIVO

PESSOAL

1986

1987

1986

1987

TOTAL

PRINCIPAIS PARTICIPACOES ACONARIAS (1986)

UNIAO

ESTADO

MUNICIPIOS

OUTROS

CONTAS DE BALANCO (Cz\$1000)

INDICADORES ECONOMICO-FINANCEIROS

1986

1987

1986

1987

ATIVO

LIQUIDEZ

CORRENTE  
EXIGIVEL A L.P.  
PERMANENTE

2 047 547  
320 168  
891 798  
3 259 514

1 746 005  
429 122  
916 909  
3 092 035

LIQUIDEZ ABSOLUTA  
LIQUIDEZ CORRENTE  
LIQUIDEZ GERAL  
LIQUIDEZ SECA  
CAPITAL DE GIRO

0.087  
1.486  
1.056  
1.479  
669 659 712 995

PASSIVO

CORRENTE  
EXIGIVEL A L.P.  
RESULTADO DE EXERC.FUTUROS  
PATRIMONIO LIQUIDO

1 377 888  
863 871  
1 017 754  
3 259 514

1 033 014  
949 464  
1 109 557  
3 092 035

RENTABILIDADE  
PATRIMONIO LIQUIDO  
ATIVO REAL  
OPERACIONAL

(0.223)  
0.070  
(0.082)  
0.043

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS (Cz\$ 1000)

RETORNO

RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA  
CUSTO DA ATIVIDADE  
PESAS OPERACIONAL  
RESULTADO OPERACIONAL LIQUIDO

1986  
2 779 422  
2 843 855  
(64 433)

1987  
1 784 633  
1 630 243  
154 390

INVESTIMENTO OPERACIONAL  
INVESTIMENTO TOTAL

(0.020)  
(0.070)

RECEITAS EXTRA-OPERACIONAIS  
PESAS EXTRA-OPERACIONAIS  
RESULTADO DA CORRECAO MONETARIA  
REVISAO P/J.R.

44 454  
(118 227)

15  
(76 934)

ENDIVIDAMENTO  
% DE TERCEIROS/% PROPRIO  
% DE TERCEIROS/RECURSOS GLOBAIS  
COMPOSICAO DAS EXIGIBILIDADES  
RECURSO PROPRIOS/DIVIDA TOTAL

2.203  
0.680  
0.615  
0.454

RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO

(227 114)

77 441

INSOLVENCIA E ENDIVIDAMENTO  
FATOR DE INSOLVENCIA  
ENDIVIDAMENTO C/INSTITUIC. FINANC.  
INVESTIMENTO TOTAL  
EXIGIVEL TOTAL

4.680

---

INFORMACOES COMPLEMENTARES

Plano do Setor Público no RS

Plano das Empresas Estatais

CLASSIFICACAO		OBJETIVO	
ECONOMIA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL		:	
PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVICOS		:	
		: PESSOAL	
		:	
		: TOTAL	
		:	
		: PRINCIPAIS PARTICIPACOES ACIONARIAS (1986)	
		:	
		: UNIAO	
		: ESTADO	
		: MUNICIPIOS	
		: OUTROS	
		:	
CONTAS DE BALANCO (Cz\$ 1000)		: INDICADORES ECONOMICO-FINANCEIROS	
		:	
		: LIQUIDEZ	
		:	
		: LIQUIDEZ ABSOLUTA	
		:	
		: LIQUIDEZ CORRENTE	
		:	
		: LIQUIDEZ GERAL	
		:	
		: LIQUIDEZ SECA	
		:	
		: CAPITAL DE GIRO	
		:	
		: RENTABILIDADE	
		:	
		: PATRIMONIO LIQUIDO	
		:	
		: ATIVO REAL	
		:	
		: OPERACIONAL	
		:	
		: RETORNO	
		:	
		: INVESTIMENTO OPERACIONAL	
		:	
		: INVESTIMENTO TOTAL	
		:	
		: ENDIVIDAMENTO	
		:	
		: K DE TERCEIROS/K PROPRIO	
		:	
		: K DE TERCEIROS/RECURSOS GLOBAIS	
		:	
		: COMPOSICAO DAS EXIGIBILIDADES	
		:	
		: RECURSO PROPRIOS/DIVIDA TOTAL	
		:	
		: INSOLVENCIA E ENDIVIDAMENTO	
		:	
		: FATOR DE INSOLVENCIA	
		:	
		: ENDIVIDAMENTO C/INSTITUIC.FINANC.	
		:	
		: INVESTIMENTO TOTAL	
		:	
		: EXIGIVEL TOTAL	
		:	
CONTAS COMPLEMENTARES		:	

Grupo das Empresas Estatais

ATIVIDADES		OBJETIVO	
FGS - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Grande do Sul S/A			
PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS		PESSOAL	
	1986	1987	1986 1987
TOTAL			
PRINCIPAIS PARTICIPAÇÕES ACIONARIAS (1986)			
UNIAO			
ESTADO			
MUNICIPIOS			
OUTROS			
ÍNDICES DE BALANÇO (Cz\$ 1000)		ÍNDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS	
	1986	1987	1986 1987
ATIVO		LIQUIDEZ	
RECORRENTE	1 209 104	75 928 628	LIQUIDEZ ABSOLUTA 0,312 0,032
RECORRENTE A L.P.			LIQUIDEZ CORRENTE 33,915 1,013
PERMANENTE	142 216	139 376	LIQUIDEZ GERAL 33,915 1,013
TOTAL	1 351 320	76 068 004	LIQUIDEZ SECA 33,016 1,012
PASSIVO		CAPITAL DE GIRO 1 173 453 974 317	
RECORRENTE	35 651	74 954 311	RENTABILIDADE
RECORRENTE A L.P.			PATRIMÔNIO LÍQUIDO 0,050 0,063
RESULTADO DE EXERC. FUTUROS	269 940		ATIVO REAL 0,039 0,001
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1 045 729	1 113 693	OPERACIONAL 0,009 0,001
TOTAL	1 351 320	76 068 004	RETORNO
DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS (Cz\$ 1000)		INVESTIMENTO OPERACIONAL 0,229 0,010	
		INVESTIMENTO TOTAL 0,039 0,001	
	1986	1987	ENDIVIDAMENTO
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	5 862 776	55 202 766	% DE TERCEIROS/% PRÓPRIO 0,034 67,303
CUSTOS DA ATIVIDADE			% DE TERCEIROS/RECURSOS GLOBAIS 0,026 0,985
PESAS OPERACIONAL	5 570 729	54 501 029	COMPOSIÇÃO DAS EXIGIBILIDADES
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	292 047	701 737	RECURSO PRÓPRIOS/DÍVIDA TOTAL 3,422 0,015
GANHAS EXTRA-OPERACIONAIS	90 560	670	INSOLVÊNCIA E ENDIVIDAMENTO
PESAS EXTRA-OPERACIONAIS	66 924		FATOR DE INSOLVÊNCIA 140,049 (10,016)
RESULTADO DA CORREÇÃO MONETÁRIA	(260 922)	(700 928)	ENDIVIDAMENTO C/INSTITUIÇ.FINANC.
RECORRENTE P/I.R.	2 661	3 470	INVESTIMENTO TOTAL — —
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	52 100	70 001	EXIGIVEL TOTAL — —

ORÇAMENTOS COMPLEMENTARES

2 SITUAÇÃO ECONOMICO FINANCEIRA DO  
AGREGADO DAS EMPRESAS NÃO VINCULADAS  
AO SISTEMA FINANCEIRO

Para análise da situação econômico-financeira das principais empresas estatais gaúchas e do agregado das 22 empresas não vinculadas ao Sistema Financeiro foram definidos os seguintes indicadores financeiros:

- Estrutura de capital, representada pela participação de capital próprio (Equity) e de terceiros (Debt);
- Giro do ativo operacional médio, definido pela relação entre a Receita Operacional Líquida e o Ativo Operacional Médio;
- Indicadores de despesas operacionais, definidos pelas relações entre as despesas operacionais e o ativo operacional médio ou despesas operacionais e a receita operacional líquida;
- Indicadores de despesas financeiras em relação a recursos de Terceiros (custo do dinheiro) e receita operacional líquida (comprometimento da receita); e
- Resultado líquido em relação a receita operacional líquida (ROS) e recursos próprios (ROE).

Em 1987, em termos agregados, obtiveram-se os seguintes resultados, conforme pode ser observado na Ilustração 1, que se segue:

- baixo grau de capital próprio (26% de recursos próprios para 74% de recursos de terceiros);
- baixo giro do ativo operacional médio, pois a receita operacional líquida representa apenas 30% do ativo;
- despesas operacionais consumindo 72% da receita operacional líquida, ou seja, uma margem bruta agregada de 28%;
- despesas financeiras comprometendo 32% da receita operacional líquida a um custo real aproximado de 13% a.a.;
- taxa de retorno do capital próprio negativa em 25%, o que significa que a cada 4 anos, aproximadamente, é preciso repor o patrimônio das estatais.

A nível de cada uma das grandes estatais gaúchas, destacamos:

- o endividamento da CEEE com recursos de terceiros representando 81% do ativo operacional médio;
- o baixo giro da receita sobre o ativo operacional médio da CRM (17%);
- o alto custo financeiro da CRM, DINTEA e CESA;
- a situação insolúvel da DINTEA; e
- o resultado negativo de todas as empresas com exceção da CESA.



Ressaltamos, ainda, que os indicadores relativos a receita operacional líquida tiveram sensível melhoria no ano de 1987 graças à política de recuperação tarifária, principalmente nos setores elétrico e de telecomunicações. (vide ilustrações 2 a 6).

## ILUSTRAÇÃO 1

### Diagnóstico do Setor Público

Indicadores Financeiros das Estatais Gaúchas - 1987

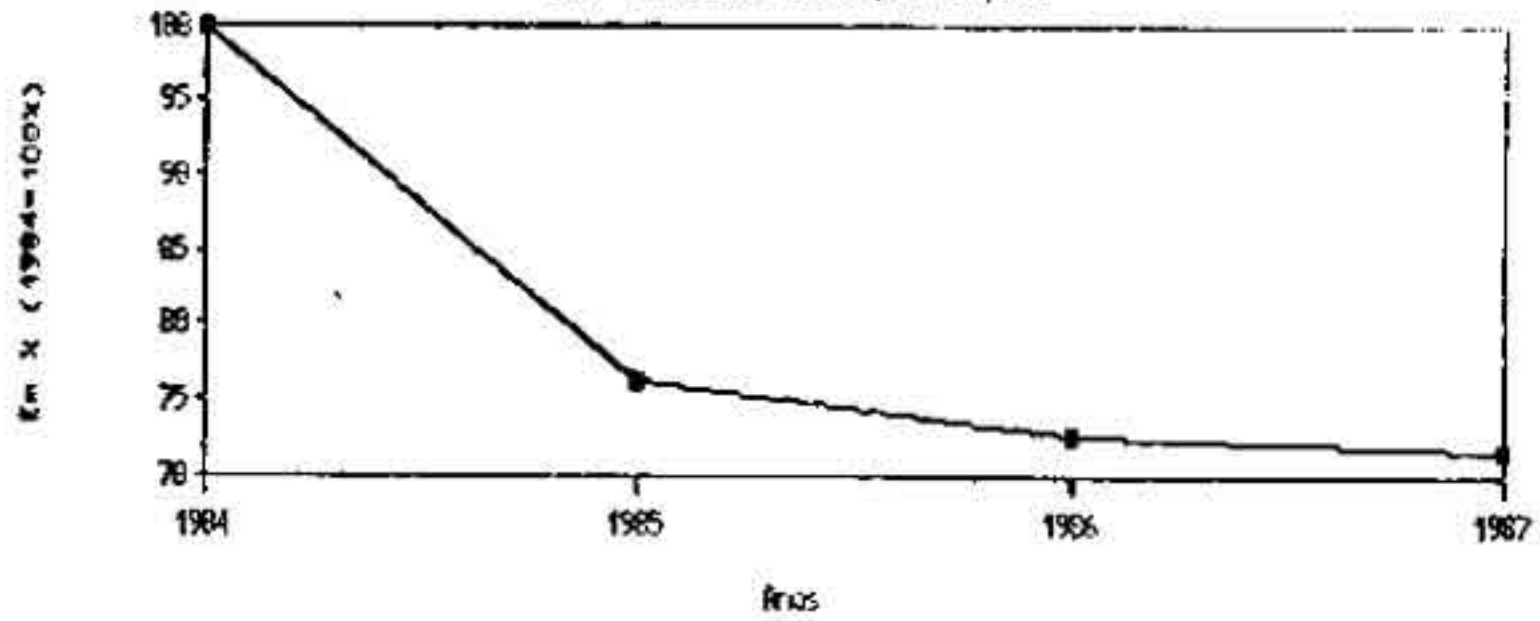
Em Porcentagem

Empresas/Índices	Estrutura Capital		Receita	Desp. Operc.	Desp. Financ. (DFI)			Resultado Líquido	
	Próprio	Terceiros	Rec./Ativo	Desp./Ativo	Desp./Rec.	DFI/Rec. Terc.	DFI/Rec.	RL/REC	RL/Rec. Propr.
DEES	18.69	81.49	26.00	18.40	70.99	11.10	34.80	(20.20)	(28.20)
URH	34.68	65.46	17.46	13.36	76.70	27.70	164.80	(100.80)	(56.70)
CR?	48.79	51.30	31.30	19.74	63.00	12.20	20.00	(22.40)	(14.40)
CINTEA	—	—	59.88	96.96	162.00	27.60	546.10		
CES?	94.84	5.20	23.16	16.20	78.50	21.90	4.70	1.64	8.40
CDRSAN	—	69.74	36.54	25.98	71.10	16.80	27.00	(12.70)	(11.60)
Agregado 22 Empresas:	26.10	73.90	30.48	22.00	72.40	13.20	32.10	(22.04)	(25.64)

Fonte: Balanço do Estado

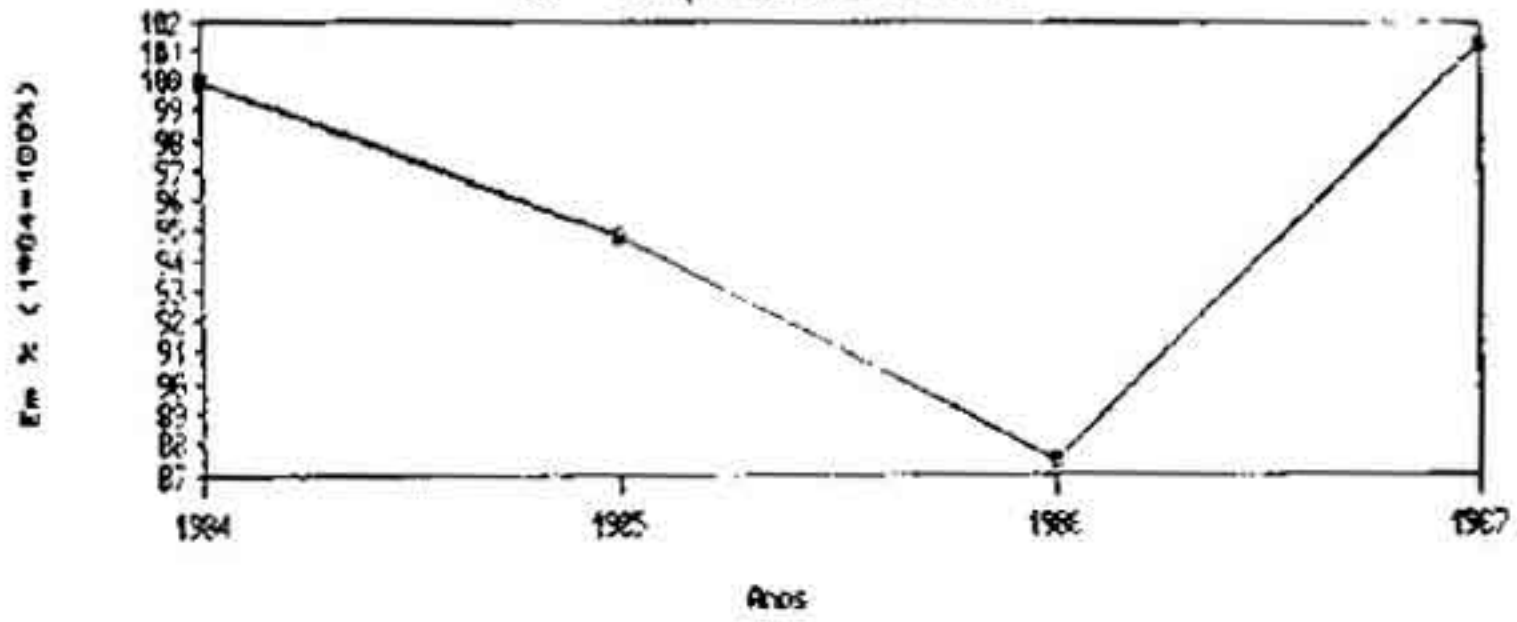
### ILUSTRAÇÃO 3

Diagnóstico do Setor Público do RS  
CPI - Evolução da Rec. Oper. Líquida



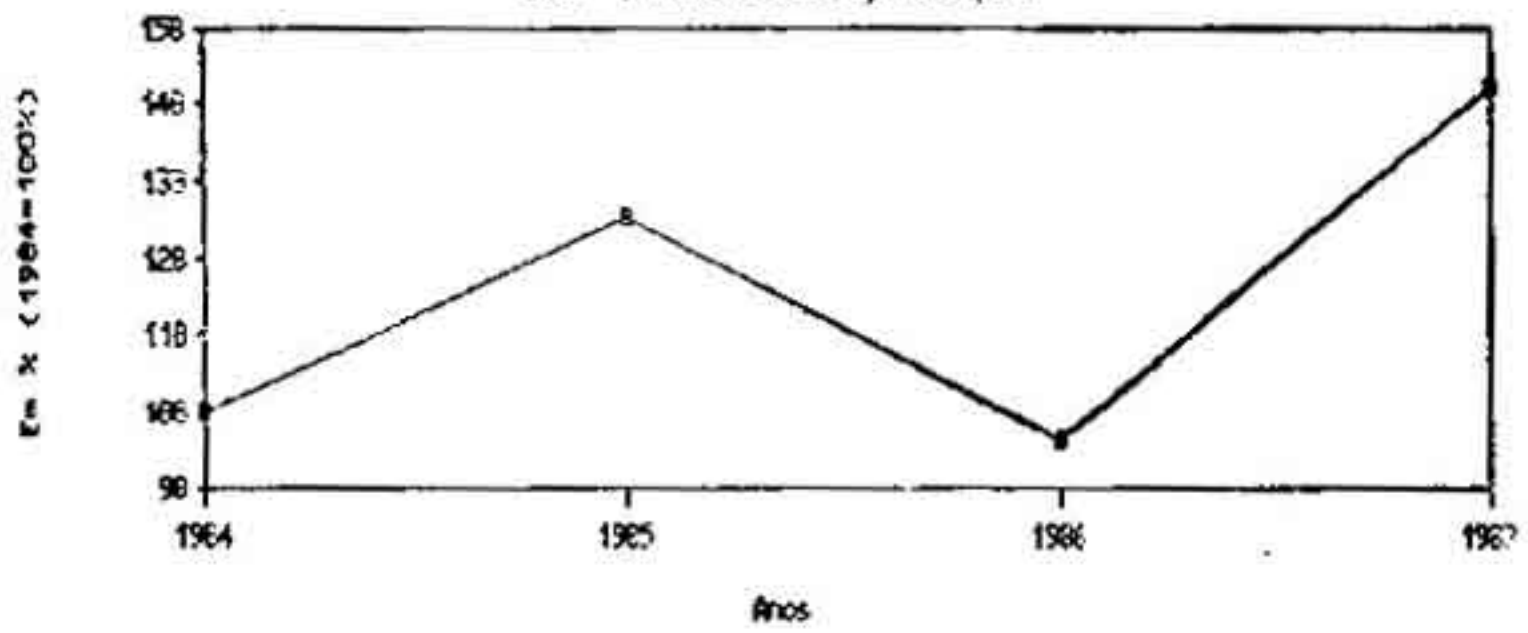
### ILUSTRAÇÃO 9

Diagnóstico de Setor Público do RS  
DPT - Evolução da Rec. Oper. Líquida



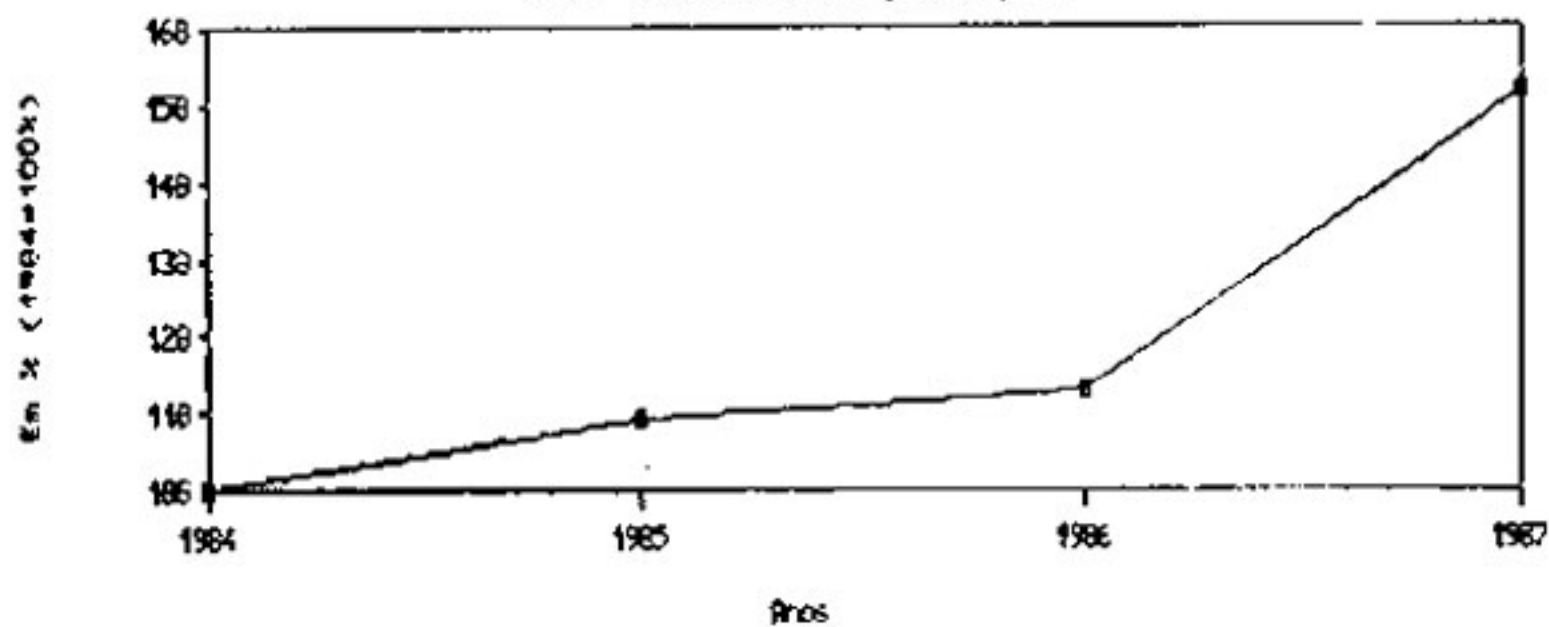
### ILUSTRACAO 5

Diagnostico de Setor Publico do RGS  
CESA - Evolucao da Rec. Oper. Líquida



### ILUSTRAÇÃO 6

Diagnostico do Setor Público do RS  
DEEE - Evolucao da Rec. Operc. Liquida





As estatais, a seguir diagnosticadas representam 90% do Ativo Operacional do agregado do setor produtivo estatal.

### 3.1 DIAGNOSTICO DA CELE

#### 3.1.1 INTRODUÇÃO SOBRE SETOR ELÉTRICO

A partir de 1974, o estabelecimento da equalização tarifária da energia elétrica em todo território nacional, demanda a criação de um instrumento de transferência de recursos entre as empresas do setor, possibilitando que todas obtivessem, aproximadamente, a remuneração média do setor. Foi então criada a Reserva Global de Garantia (RGG) que apesar de viabilizar a equalização tarifária, implica um desestímulo à eficiência das empresas envolvidas.

A capacidade de autofinanciamento do setor elétrico vem se reduzindo desde meados da década de 70, como consequência da deterioração tarifária e da retirada de parte dos recursos fiscais que cabiam ao setor (IUEE).

Soma-se ao problema financeiro um conflito intra-setorial agravado em 1981 com a elevação da quota de reversão, que constitui a Reserva Global de Reversão (RGR), destinada a financiar os empreendimentos elétricos federais.

A base de cálculo para o recolhimento das quotas referentes a RGG e RGR é o investimento remunerável das concessionárias. A aceleração inflacionária e a aplicação de índices corretores aquém da inflação implicou na não atualização adequada deste investimento remunerável, levando a taxas de remuneração maiores do que as reais e, sendo assim, a maiores recolhimentos.

A partir de 1985 as restrições de investimento mostravam seus efeitos nas instalações de suprimentos de energia, principalmente nas áreas de transmissão e distribuição. A redução da remuneração real e as crescentes inadimplências nas transferências de recursos intra-setoriais acabam levando à desarticulação do sistema de financiamento do Setor Elétrico.

Neste contexto, foi elaborado o PRS (Plano de Recuperação Setorial), buscando equalizar os problemas fundamentais:

- Atendimento ao mercado de energia elétrica, eliminando os elevados riscos de déficits que vêm sendo verificados especialmente no sistema interligado Sul, Sudeste, Centro-Oeste.
- Realização, em escala condizente, de programas de investimentos.
- Conjunto de medidas necessárias para viabilizar econômica e financeiramente o Setor Elétrico, assegurando a possibilidade de realização das obras necessárias, em especial, a elevação da taxa de remuneração média do setor.



Do ponto de vista institucional, novas soluções vêm sendo buscadas no sentido de corrigir as distorções que levaram ao desequilíbrio econômico-financeiro do Setor Elétrico.

### 3.1.2 CARACTERIZAÇÃO DA CEEE - SITUAÇÃO FINANCEIRA

Do parque de geração de energia elétrica do país em 1986, correspondente da 42,8 GW, 14,8% referem-se à capacidade instalada na Região Sul, sendo 13,1% energia hidráulica e 1,6% térmica.

Distinguem-se no país duas redes de transmissão, cuja interligação está prevista no Plano 2010: sistema interligado das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste e sistema interligado do Nordeste e Região Norte, exceto Amazônia.

A Região Sul é exportadora de energia elétrica, característica que será acentuada a partir da realização dos investimentos previstos no Plano 2010.

Considerando o Estado do Rio Grande do Sul, separadamente, vemos que apenas 50% da energia aí consumida é produzida pela CEEE, sendo o restante comprado da ELETROSUL. Assim, a CEEE fica caracterizada como uma empresa mista: distribuidora de energia, suprida por 50% de geração própria.

A estrutura de consumo de energia da CEEE é diferente daquela verificada para o Brasil: enquanto para a CEEE o consumo residencial responde por 22,9% do total, o industrial por 40,6% e o item "outros" por 36,5%; para o Brasil estas participações são de 20,0%, 55,8% e 24,2%, respectivamente. Isto implica em impactos diferentes como resultado de uma mesma estrutura tarifária.

O número de funcionários na CEEE em 1986 era 11746, aumentando ligeiramente em 1987 para 11778. A participação da "despesa do serviço" no "Resultado Líquido do Serviço" (este último calculado a partir da receita tarifária deduzida das quotas de recolhimento junto à ELETROBRAS) foi de 101,78% em 1986. Este indicador vem apresentando tendências crescentes desde 1984, período em que a tarifa média foi declinante. No exercício de 1987, a política de racionalização de despesas empreendida pela empresa teve o efeito de reduzir este indicador. As despesas com pessoal caíram, em termos de participação na Receita Operacional Líquida, de 30,83% em 1986 para 25,84% em 1987.

A redução das Despesas Operacionais conjugada ao aumento da Receita em 1987 levou a margem operacional, que foi negativa em 85 e 86, ao nível de +3,83%. Mesmo assim, devido às Despesas Financeiras elevadas, o Lucro Líquido do Exercício manteve-se negativo.

A remuneração do investimento da CEEE no conceito DNAEE está em torno de 3,5% enquanto a média do Sistema é 6%. Com as medidas de saneamento a serem tomadas, espera-se que a empresa atinja o nível de remuneração legal para o setor.

### 3.1.3 PLANO 2010 - PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

A previsão de demanda de energia elétrica leva em consideração as expectativas sobre o crescimento do PIB, da população e da elasticidade-renda do consumo de eletricidade em cada período considerado (Ilustrações 7 a 10).

De acordo com as previsões do Plano 2010, a Região Sul (incluindo Mato Grosso do Sul), que em 1986 apresentava uma participação no total de consumo de energia no país de 13,7%, passará a ter uma participação de 18,2% em 2010. As taxas geométricas anuais de crescimento do consumo de eletricidade para a Região são superiores às esperadas para o Brasil em todo o período considerado.

Segundo o plano de investimentos para o período 1986-1989, do total previsto para a Região, 60,1% destinam-se à geração, 19,5% à transmissão e 20,4% à distribuição. A parte que cabe à CEEE representa 20,8% do total, distribuídos entre geração, transmissão e distribuição respectivamente com 57,5%, 26,6% e 15,9% (Ilustração 11).

O Plano 2010 exprime a tendência no sentido de ampliar a participação na geração de energia por parte das empresas controladas do grupo ELETRONBRAS, ficando as coligadas responsáveis principalmente pela distribuição e sub-transmissão.

As Ilustrações 12 e 13 referem-se à evolução do parque gerador de energia elétrica no país e a Ilustração 14, à expansão do parque Termoeletrico, no período 1986-2010.

O suprimento, a longo prazo, do sistema interligado Sudeste/Centro-Oeste/Sul será complementado por energia proveniente do sistema Norte/Nordeste.

A região Sul, no entanto, será totalmente atendida por energia nela gerada, o que implica expansão da rede local de transmissão. Neste contexto a duplicação do tronco de transmissão de 500KV interligando as usinas do Rio Iguaçu e o tronco de Itaipu com os principais centros de carga da região é fundamental.

As condições insatisfatórias de atendimentos observadas na Região Sul não se devem apenas a problemas de vazão nos reservatórios, mas à ausência de investimentos em distribuição e transmissão.

Os principais investimentos em transmissão previstos para a Região Sul estão programados para entrar em operação até 1991.

A análise da expansão do sistema de distribuição parte da projeção da expansão física dos sistemas de distribuição por empresa, definindo o investimento necessário. A compatibilização destas necessidades com as reais possibilidades das empresas resulta nos valores constantes do PPS (Ilustração 15).

O programa de expansão de geração é ajustado em função de simulação para todo o horizonte de planejamento, de forma que o mercado seja

atendido com 5% de risco anual de déficit de energia. Nos primeiros anos dificilmente esta meta é atingida, pois predominam restrições de prazos e financiamento; atrasos em obras também podem levar a riscos superiores a 5% no sistema.

A partir da definição do programa de expansão foram obtidos valores relativos ao risco de déficit para o sistema interligado. Dentro do horizonte considerado, o biênio 1992-1993 é o período que apresenta maior risco, requerendo um reforço de cerca de 500 MW ano. Tal reforço pode ser obtido por alternativas como:

- antecipação e inclusão de usinas hidroelétricas de pequeno e médio porte, provavelmente nas áreas da CEMIG e CESP;
- inclusão de termelétricas à base de derivados de petróleo, para as quais já existem estudos referentes à provável localização no Estado de São Paulo.

O risco anual de déficit para o sistema interligado Sudeste/Centro-Oeste/Sul para o período 1998-1997, contido no Plano 2010, está apresentado na Ilustração 16.

### 3.1.4 RECOMENDAÇÕES

#### a) Saneamento Financeiro da CEEE

A atuação das concessionárias estaduais de energia depende tanto financeira como operacionalmente das regras vigentes para o Setor Elétrico, consolidadas em dois documentos básicos:

- PRS: Plano de Recuperação do Setor Elétrico, que tem como objetivo principal a recuperação da capacidade própria de investimento do setor, aumentando gradativamente a taxa de remuneração das empresas, capitalizando o setor e possibilitando a rolagem do serviço da dívida. O PRS é o documento básico de negociação junto ao Banco Mundial.
- Plano 2010: contempla os investimentos previstos nos âmbitos federal e estadual para atender à demanda do sistema.

O setor elétrico passa por um processo de revisão do seu modelo institucional que inclui, a redefinição dos investimentos de viabilização da equalização tarifária e o equacionamento das dívidas intra e extra-setoriais, entre outras providências.

A dívida de curto prazo da CEEE atinge US\$ 1,1 bilhão, aproximadamente, 40% dos quais referem-se a obrigações não recolhidas à ELETROBRAS e o restante à dívida externa vencida e não paga (mecanismos estabelecidos por avisos do MF).

A Revisão Institucional do setor vem apontando para uma melhor definição dos instrumentos de equalização tarifária e das dívidas intra-setoriais, como pode ser observado pela decretação da RENCOR (Dec. Lei 2.432 de 17 de maio de 1988). Fica garantido às concessionárias recolher as quotas de reversão e garantia

apenas a partir da taxa de remuneração legal máxima do investimento (12%). As dívidas com a ELETROBRAS poderão ser deduzidas da conta de Resultados a Compensar - CRC (insuficiência tarifária) que no caso da CELE está estimada entre US\$ 400 e US\$ 500 milhões.

O saneamento financeiro da empresa depende, portanto, de negociação com a área federal no sentido de buscar a capitalização e refinanciamento dos débitos referentes aos avisos acima mencionados.

#### b) Risco de Déficit de Energia

De acordo com o estabelecido no Plano 2010 para as concessionárias estaduais, a CELE tende a ter sua participação na atividade de geração de energia elétrica reduzida, concentrando-se principalmente em distribuição. Ainda dentro deste Plano, os investimentos em transmissão e distribuição devem, até o início da década de 90, resolver os gargalos no suprimento de energia no Estado.

Em termos de geração de energia, o período que apresenta maior risco de déficit para o sistema interligado Sudeste/Centro-Oeste/Sul é o biênio 1992-1993. Para este período está prevista a suplementação no abastecimento através de plantas menores.

No entanto, deve ser levado em consideração que cortes substanciais nos recursos para investimentos da ELETROSUL vêm ocorrendo. Apenas em 1988 estes cortes corresponderam a 52% do total previsto. Isto nos leva a crer que em apenas 5 anos o déficit de energia na Região possa chegar a 10% da demanda.

A empresa deve buscar, ainda, outras fontes de financiamento, tais como:

- cooperação da iniciativa privada em pequenos aproveitamentos fora do Plano 2010;
- financiamento para projetos específicos, como no caso da Usina de Dona Francisca;
- co-participação do Banco Mundial no plano de investimentos da empresa;
- possibilidade de sobre-tarifa para financiar o programa de investimentos;
- investir numa política de conservação de energia.

No entanto, qualquer uma destas alternativas requer um reequacionamento financeiro prévio da empresa e a garantia da taxa de remuneração legal dos investimentos, tal como prevista na criação da RENDOR.

Diagnóstico do Setor Público no RGS

Elasticidade Renda do Consumo Total de Energia Elétrica 1970/2010 (a)

Período	Taxas Geométricas		Elasticidade	
	Medias Anuais (2 a.a.)			
	Energia Elétrica	PIB População		
1985/90	7.30	6.80	2.50	1.87
1990/95	6.30	6.10	1.90	1.83
1995/00	5.40	5.80	1.70	0.93
2000/05	5.00	5.40	1.50	0.93
2005/10	4.30	4.70	1.40	0.91

Fonte: ELETROBRAS

(a) Inclusive autoprodutores

ILUSTRAÇÃO B

Diagnóstico do Setor Público no RGS

Previsão do Consumo de Energia Elétrica - 1986/2010

Em TWh

Região	1986	1990	1995	2000	2005	2010
Norte+NA	9.2	19.4	28.4	36.7	52.4	65.0
Nordeste-NA	23.2	30.5	45.3	63.5	83.1	106.6
Sudeste+C. Oeste-MS	119.2	149.4	197.2	249.4	308.7	375.6
Sul+MS	24.1	34.6	50.1	71.1	94.9	121.6
<b>Brasil</b>	<b>175.7</b>	<b>233.9</b>	<b>321.0</b>	<b>420.7</b>	<b>539.1</b>	<b>668.8</b>

Fonte: ELETROBRAS

## ILUSTRAÇÃO 8

Diagnostico do Setor Publico no RGS

Previsão do Consumo de Energia Elétrica Taxas Geométricas Anuais - 1986/2010  
Em Percentagem (% a.a.)

Região	1990/86	1995/90	2000/95	2005/00	2010/5
Norte+NA	20.5	7.9	5.3	7.1	4.4
Nordeste-NA	7.1	8.2	7.8	5.5	5.1
Sudeste+C.Oeste-MS	5.8	5.7	4.6	4.4	4.0
Sul+MS	9.5	7.7	7.2	5.9	4.6
Brasil	7.4	6.5	5.6	5.1	4.4

Fonte: ELETROBRAS

## ILUSTRAÇÃO 10

Diagnostico do Setor Publico no RGS

Previsão do Consumo de Energia Elétrica: Evolução da Participação - 1986/2010  
Em Percentagem

Região	1986	1990	1995	2000	2005	2010
Norte+NA	5.3	8.3	8.9	8.7	9.7	9.7
Nordeste-NA	13.2	13.0	14.1	15.1	15.4	15.9
Sudeste+C.Oeste-MS	67.8	63.9	61.4	59.3	57.3	56.2
Sul+MS	13.7	14.8	15.6	16.9	17.6	18.2
Brasil	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: ELETROBRAS

## ILUSTRAÇÃO 15

### Diagnóstico do Setor Público do RGS

Brasil: Investimentos em Distribuição Urbana 1987  
Em Bilhões de Cr\$

Ano	Norte		Nordeste		Sudeste		C. Oeste		Sul		Total	
	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%
1987	0.63	7.8	1.28	15.8	4.28	53	0.48	5.9	1.41	17.5	8.8	100
1988	0.61	6.8	1.39	15.6	4.76	53.4	0.61	6.8	1.55	17.4	8.92	100
1989	0.62	6.3	1.8	18.5	4.99	51.2	0.64	6.6	1.7	17.4	9.75	100
1990	0.65	6.2	1.96	17.7	5.44	49.1	0.85	7.7	2.14	19.3	11.68	100
1991	0.78	7	2	18	5.48	49.4	0.81	7.3	2.03	18.3	11.1	100
1996	1.24	8.2	2.88	19.1	6.85	45.4	1.13	7.5	2.99	19.8	15.09	100

Fonte: ELETROBRAS

## ILUSTRAÇÃO 16

### Diagnóstico do Setor Público do RGS

Sistema Interligado Sudeste/C. Oeste/Sul  
Risco Anual de Deficit (%) - 1988/1997

Ano	Sudeste/C. Oeste	Sul
1988	0	0
1989	1	0
1990	1	1
1991	3	3
1992	4	4
1993	5	4
1994	5	4
1995	4	4
1996	4	3
1997	4	2

Fonte: ELETROBRAS

## 3.2 DIAGNOSTICO DA CRM

### 3.2.1 INTRODUÇÃO

A Companhia Riograndense de Mineração - CRM tem os seguintes projetos de exploração mineral:

- Mina do Leão I, situada no município de Butiá/RS, extrai seu carvão principalmente através de mineração subterrânea (130m), concentrando o maior número de empregados da empresa;
- Mina do Leão II, mineração subterrânea, reserva minerável superior a 100 milhões de toneladas, carvão siderúrgico e energético, US\$ 70 milhões já investidos;
- Mina de Candiota, localizada em Bagé, capacidade atual de 2,8 milhões de toneladas/ano, carvão energético com alto teor de cinzas, baixo custo de extração, possibilidades de exportação e blendagem, prejudicadas pelos altos investimentos na infraestrutura de manuseio e transporte do(s) minério(s) (Ilustração 18);
- Mina do Iruí, desativada;
- Mina de ouro, localizada em Lavras do Sul, onde pretende-se, em associação com empresa privada, retomar as pesquisas e estudos tecnológicos visando a lavra do filão, cuja extração prevista é de 50kg de ouro por mês.

### 3.2.2 DIAGNOSTICO DA CRM

Sob o ponto de vista estratégico a Companhia Riograndense de Mineração - CRM está atrelada ao programa de investimentos de geração termelétrica (vide Quadros), tanto estadual como federal (CEEE-Candiota, ELETROSUL-Jacuí).

Os atrasos e os problemas encontrados na implantação do projeto Candiota deterioraram consideravelmente a situação financeira da empresa que vem operando bem abaixo de sua capacidade. Se forem cumpridos os novos prazos de partida das turbinas de Candiota (Agosto e Novembro de 1989) - Candiota II, Fase B, a CRM deve, a curto prazo, atingir seu ponto de equilíbrio operacional.

Entretanto, investimentos adicionais na área do carvão siderúrgico (Mina do Leão II), devem ser cuidadosamente avaliados, evitando-se abordagens simplistas de retorno do investimento marginal (US\$ 70 milhões já investidos, restando ainda US\$ 70 milhões a serem investidos).

As outras alternativas de aproveitamento siderúrgico do carvão de Candiota que apresenta alto teor de cinzas, baixo teor de enxofre e baixo poder calorífico, a partir da "blendagem" com o carvão colombiano, esbarram em problemas de infra-estrutura de transporte



e manuseio do minério, que podem inviabilizar a competitividade internacional do "blend" além de demandarem investimentos que precisam ser melhor dimensionados.

Finalmente, a CRM dentro de sua estratégia de buscar maior independência do programa de investimentos do setor termoeletrico, está se associando à iniciativa privada para exploração da Mina de Ouro de Lavras do Sul.

A Ilustração 17 a seguir, resume o Posicionamento Estratégico da CRM.

### 3.2.3 RECOMENDAÇÕES

Nossas recomendações para a CRM oferecem 2 alternativas:

- Estudar a viabilidade da empresa atuar na área de carvão siderúrgico (Mina Leão II ou "blendagem" com carvão colombiano).
- Não havendo viabilidade de exploração comercial do carvão siderúrgico, analisar a possibilidade de integração da CRM ao programa termoeletrico.

### ILUSTRAÇÃO 17

#### POSICIONAMENTO ESTRATEGICO DA CRM

Carvão Energético	Carvão Siderúrgico	Ouro
Mina do Leão I Mina de Candiota	Mina do Leão II	Mina de ouro
Dependência do programa de investimentos geração termoeletrica	Investimentos adicionais de US\$ 70 milhões	Em processo de privatização
Investimentos na infraestrutura de manuseio e transporte do minério (blendagem com carvão colombiano)		

ILUSTRAÇÃO 18

CRM - MINA DE CANDIOTA

---

Produção de carvão ROM (ton)	1981 - 678.064
	1982 - 693.604
	1983 - 696.010
	1984 - 785.902
	1985 - 726.410
	1986 - 719.404
	1987 - 679.338
Capacidade Instalada	2,8 milhões de toneladas/ano

---

### 3.3 DIAGNOSTICO DA CRT

#### 3.3.1 INTRODUÇÃO

Ao contrário de outros estados, o Rio Grande do Sul assumiu a responsabilidade de prover o Estado na prestação de serviços de comunicações. A Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT, é a única empresa do setor não controlada pelo Sistema TELEBRAS.

Esse fato, ao nosso ver, gera distorções na prestação deste serviço, em prejuízo ao usuário local, e contribui para as dificuldades financeiras do setor público gaúcho.

As soluções alternativas na área de comunicações encontram-se fora do âmbito de ação do Governo Estadual, pois a Receita do setor é definida pelo Governo Central detentor do poder legal de reajuste de tarifas.

A possibilidade de endividamento das empresas como forma de angariar recursos para investimento, além de outros problemas relacionados ao Sistema Financeiro e à sua capacidade de endividamento é também dependente de autorização federal. Assim, ao lado das receitas, a Empresa encontra-se totalmente dependente do Governo Federal, seja por tarifa, seja por operações de crédito. Nestes dois aspectos não se vislumbram alterações a médio prazo.

#### 3.3.2 DESEMPENHO OPERACIONAL

O Sistema TELEBRAS utiliza, para análise do desempenho operacional das empresas que o compõem, o indicador DESEMPENHO DO SERVIÇO TELEFÔNICO - DST, o qual é obtido através de uma padronização entre as notas obtidas para cada um dos indicadores da Empresa, definidos como os mais prejudiciais ao conceito de qualidade sob o ponto de vista do cliente, são:

- a) Taxa de Solicitação de Conserto por 100 telefones;
- b) Taxa de Atendimento de Programação;
- c) Taxa de Complemento de Ordem de Serviço;
- d) Taxa de Contas Reclamadas;
- e) Taxa de Obtenção do Tom de Discar;
- f) Taxa de Atendimento dos Serviços Especiais;
- g) Taxa de Chamadas Completadas - DDD Terminado;
- h) Taxa de Solicitação de Conserto Repetida.

Segundo este indicador, o desempenho da CRT durante o exercício de 1987 e o primeiro trimestre de 1988 é inferior ao da média do Sistema TELEBRAS. No primeiro trimestre deste ano, o DST, da CRT,

está acima de algumas empresas no Nordeste, como a dos estados de Paraíba, Piauí, Pará e Maranhão (Ilustração 19).

Na área de automatização do Sistema, enquanto a TELEPAR possuía em maio de 1988, 35% de suas localidades atendidas automaticamente, a CRT possui apenas 16% e o Sistema TELEBRAS, 30% (Ilustração 20).

Com relação à quantidade de empregados por 1000 terminais instalados, enquanto a média do STB é 12,4 a CRT apresenta um índice de 14,1, o segundo mais alto do país, depois de TELASA, que conta com 14,6 empregados por 1000 terminais (Ilustração 21).

A despesa média por funcionário da CRT é 15% a 20% superior ao mesmo índice da TELEPAR/TELESP/TELESC e 10% superior ao Sistema TELEBRAS (Ilustração 22). Em termos estaduais a CRT pagava em 1987 o mais alto salário médio dos estados gaúchos.

A evolução das chamadas interurbanas completadas no Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina revela sinais de estrangulamento na CRT (Ilustração 23).

### 3.3.3 RECOMENDAÇÕES

A análise dos indicadores operacionais e empresariais do CRT mostram uma desvantagem de sua posição em relação às demais empresas do Sistema TELEBRAS.

Tal desvantagem fica evidenciada pelos seguintes fatos:

- O Sistema TELEBRAS destina elevados montantes de recursos ao desenvolvimento tecnológico equivalentes em 1987 a US\$ 40 milhões, ou, 30% da receita da CRT neste mesmo ano. Tal tecnologia é repassada às Empresas do Sistema, o que não ocorre com a CRT, que é obrigada a "comprar" esta tecnologia.
- Os recursos para investimento são escassos.
- Do ponto de vista do usuário, o serviço prestado pela CRT é sensivelmente inferior ao do resto do país, com poucas exceções nos Estados do Nordeste Brasileiro.
- O custo operacional é mais elevado, evidenciado pelo fato de que o número de empregados por terminal instalado da CRT é o segundo maior do país, sendo mais de 20% superior aos demais estados da Região Sul.

Nesse sentido nossa recomendação básica na área de telecomunicações é a transferência da CRT para o Sistema TELEBRAS.

ILUSTRAÇÃO 19

INDICADORES DE DESEMPENHO

Índice Desempenho do Serviço Telefônico - DST

(1º Trimestre 1982)

Média Sistema TELEBRAS	1,04	DRT	0,93
TELESP	1,29	TELPA	0,73
TELEPAR	3,19	TELEFISA	0,63
TELESC	1,91	TELEPARA	0,32
		TELMA	0,23

ILUSTRAÇÃO 20

AUTOMATIZAÇÃO DO SISTEMA

Percentual das Localidades Automatizadas no Total das Localidades Atendidas

Média do Sistema TELEBRAS (STB)	0,30
DRT	0,16
TELESP	0,25
TELEPAR	0,35
TELESC	0,29

ILUSTRAÇÃO 21

QUANTIDADE DE EMPREGADOS POR 1000 TERMINAIS

Média do Sistema TELEBRAS	12,40
CRT	14,10
TELESP	9,20
TELEPAR	9,40
TELESC	9,40

ILUSTRAÇÃO 22

DESPESA MEDIA POR FUNCIONARIO

Em C2\$  
Abril de 1988

Média do Sistema TELEBRAS	107,21
CRT	116,38
TELESP	101,52
TELEPAR	99,46
TELESC	95,03

ILUSTRAÇÃO 23

EVOLUÇÃO DAS CHAMADAS INTERURBANAS COMPLETADAS 1984 = 100

	Paraná	Rio Grande do Sul ou RS	São Paulo	Santa Catarina
1984	100	100	100	100
1985	125	101	109	110
1986	159	121	133	140

### 3.4 DIAGNOSTICO DA CINTEA/DAER

#### 3.4.1 INTRODUÇÃO

A CINTEA teve sua origem na Lei 5753 de 20/05/69 com a missão de realizar estudos, elaborar projetos e construir estradas secundárias, identificadas como alimentadoras dos sistemas rodoviários estadual e federal.

Ao final de 1987, o Estado participava com 99,5% do capital votante (Cr\$ 150 milhões) e os municípios com 0,5%. No encerramento deste exercício, sua força de trabalho consistia de 706 empregados, sendo 143 ligados à administração e 563 à operação.

O esquema inicialmente previa uma participação de 15% dos municípios através de recursos para moradia, mão-de-obra e materiais e de 55% do Estado através de aporte.

#### 3.4.2 SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA DA CINTEA

Ao final de 1987, os recursos de terceiros (US\$ 55 milhões) representavam 11 vezes o ativo operacional médio da CINTEA, ou seja, a empresa tinha um patrimônio líquido negativo de US\$ 50 milhões. Nesse mesmo ano, a receita foi suficiente para cobrir apenas 1/6 das elevadas despesas financeiras (Ilustração 24).

Na realidade, a atividade de construção de estradas através do endividamento de uma empresa provoca grandes distorções nos demonstrativos financeiros; o ativo (a estrada) é de difícil caracterização, não há geração ou a geração de receita é inexpressiva vis-a-vis o investimento.

No caso de São Paulo, por exemplo, optou-se por imobilizar as estradas e, assim, os demonstrativos financeiros da DERSA contabilizam as estradas como ativo.

No Rio Grande do Sul tal prática contábil não foi adotada o que faz sobressair o fato de que a CINTEA representa, na realidade, uma grande dívida e um pequeno ativo do Estado.

#### 3.4.3 DAER

O Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem - DAER, por sua vez, é uma autarquia com mais de 50 anos e que foi se deteriorando, passo a passo, com a perda da capacidade de investimentos do Estado.

Sem recursos para construir ou, mesmo, para reposição ou manutenção dos seus equipamentos, a empresa foi, pouco a pouco, perdendo a capacidade de cumprir sua função fim e passou a defender-se através da criação de um espírito corporativista.

Na sua função fim, identificamos as seguintes unidades organizacionais (Ilustração 25):

- Diretoria de Planejamento
  - . Superintendência de Programação
  - . Superintendência de Projeto
- Diretoria de Operações
  - . Superintendência de Conservação e Melhoramentos
  - . Superintendência de Fiscalização da Construção
  - . Superintendência de Abastecimento e Manutenção

A Superintendência de Conservação e Melhoramentos tem uma estrutura regional composta de 17 residências, normalmente não utilizada pela Superintendência de Fiscalização, que tem sua estrutura independente. Tanto os projetos como a execução, inclusive conservação e melhoramentos, são, via de regra, contratados.

A estrutura organizacional vigente, com 6200 funcionários, reflete, portanto, uma realidade diferente da atual. A Ilustração 26 refere-se às despesas do DAER.

#### 3.4.4 RECOMENDAÇÕES

- Desmobilizar o ativo e a estrutura organizacional regional da CINTEA e DAER, transferindo responsabilidades para os municípios manterem e construir estradas vicinais (vide Capítulo 6, item 1.6).
- Extinguir a CINTEA e transferir seu pessoal para o DAER.
- A fusão DAER/CINTEA, com uma estrutura regional e operacional mais leve, seria responsável pelo gerenciamento dos serviços de execução e conservação de estradas-tronco.



ILUSTRAÇÃO 24

CINTEA  
(1987)

Patrimônio Líquido	Recursos de Terceiros	Receita	Despesas Financeiras
--------------------	-----------------------	---------	----------------------

Cz\$ 3.420 milhões (US\$ 50 milhões)	Cz\$ 3.760 milhões (US\$ 55 milhões)	US\$ 3 milhões	(*) US\$ 18 milhões
---	---	----------------	------------------------

Ativo Operacional Médio	Cz\$ 340 milhões US\$ 5 milhões
-------------------------	------------------------------------

(\*) Custo do dinheiro =  $\frac{\text{Despesas Financeiras}}{\text{Recursos de Terceiros}} = 32\%$

ILUSTRAÇÃO 25

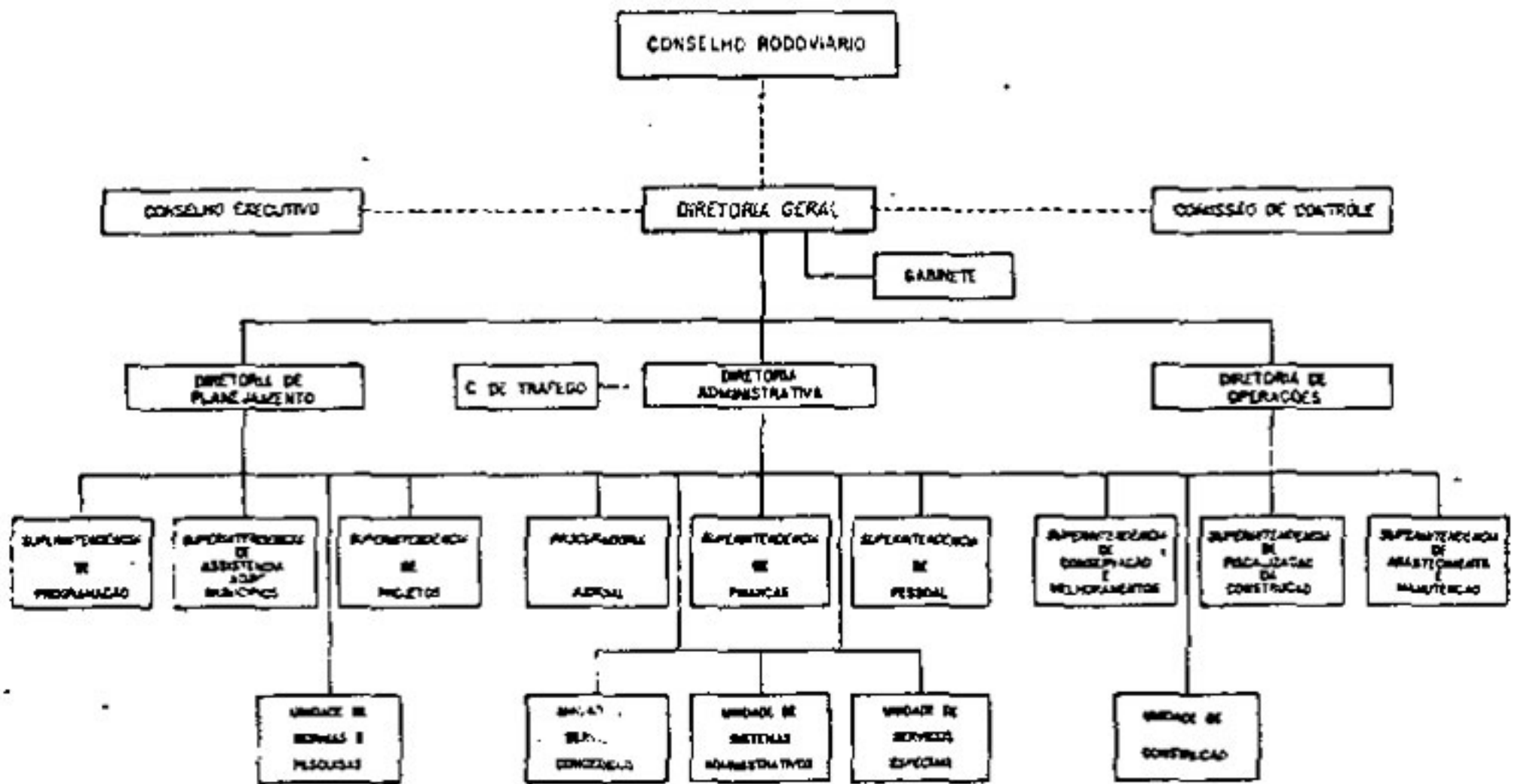


ILUSTRAÇÃO 26

DAER  
(1987)

Despesa do Órgão	US\$ 70 milhões (11,5% com inativos)
Despesas de capital (*)	US\$ 48 milhões

(\*) Custo do dinheiro = custo de rolagem da dívida pública  
(hoje  $\approx$  70% da taxa de over da DIVERGS)

### 3.5 DIAGNOSTICO DA CESA

#### 3.5.1 INTRODUÇÃO

A CESA - Companhia Estadual de Silos e Armazéns - é o órgão do Estado que trata da política oficial da armazenagem e preservação das safras agrícolas.

Nascida como autarquia em 10/12/52, foi em 20.10.69 transformada em empresa de economia mista, passando em 1971, à atividade de armazenagem frigorífica, além da guarda e preservação da produção de grãos, atividade que já exercia anteriormente.

Sua capacidade estática aproximada de 664.300 toneladas, permite o atendimento a mais de 1.500.000 toneladas de grãos ao ano.

Assim, a empresa participa com aproximadamente 5% do total da capacidade do Estado em armazenagem (entre grãos e frigoríficos), enquanto outros órgãos oficiais participam com 3%, particulares com 51% e cooperativas com 41%.

De sua capacidade armazenadora, 76,5% é composta por Silos, que por sua vez representam 4,0% da capacidade armazenadora de grãos no RGS.

A capacidade estática de armazenagem no RS se encontra em equilíbrio com a demanda, havendo problemas dinâmicos, fruto de grandes safras e da espera de preço para comercialização de produtos - como no caso da soja, por exemplo.

Ressalte-se o paralelismo na ação estatal de armazenagem de grãos, quando se presencia, por exemplo, IRGA, BACERGS e DEPRC ao nível estadual e uma ação federal a nível da PORTOBRAS, AGEF e CIBRAZEM, sendo esta última o segundo maior acionista da CESA.

Embora a participação de outros órgãos oficiais, a menos a PORTOBRAS, seja marginal e considerando-se a intenção da CIBRAZEM em repassar unidades armazenadoras sobre seu controle às Companhias Estaduais, esta é uma situação que merece estudos no sentido de integrar ações de órgãos oficiais e privados, medida necessária para se avaliar quantitativa e qualitativamente as necessidades de ampliação da capacidade de armazenamento do Estado e, em especial, da CESA.

#### 3.5.2 SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA

##### a) Estrutura de Capital e Grau de Endividamento

A análise da estrutura de capital da entidade demonstra que seu grau de endividamento é muito baixo, tendo passado de 4,75% no ano de 1986, para 5,23% em 1987, não possuindo, portanto, problemas de descapitalização.

O Ativo Operacional Médio (B6-B7), que expressa o nível de investimento no período, cresceu menos que a variação da DTN, evidenciando que investimentos expressivos não foram realizados.

#### b) Geração de Recursos

A receita operacional líquida mostrou bom desempenho em 87, crescendo de maneira significativa em relação a 86 e exercícios anteriores. A recuperação das tarifas, foi um dos fatores preponderantes.

Em 86, a receita atingiu 16,43% em relação ao ativo operacional médio, ao passo que em 87 subiu para 23,14%.

#### c) Relação Receita-Despesa

Em relação a 86, a receita obtida no exercício de 87 cresceu 365%, superando em 45% o aumento havido na despesa, que representou 78,5% da receita, revertendo, assim o quadro apresentado em 86, quando as despesas significaram 107,18% das receitas (Ilustração 27).

A capacidade de geração de receita em 87 foi a melhor desde 84. No entanto a despesa de 87 ainda pode ser considerada alta, pois em 84 ela correspondia a 11,29% do investimento, ao passo que no último ano subiu para 18,16%.

Ilustração 27: RELAÇÃO DA DESPESA COM RECEITA LÍQUIDA

%	A N O	84	85	86	87
DESPESA					
RECEITA		79,33	74,88	107,18	78,46

#### d) Depreciação

Característica inerente ao ramo de armazenagem é a manutenção de um imobilizado de grande expressão, formado por Silos e Armazéns. Em dezembro de 87, o imobilizado respondia por 94% do Ativo, situação que se mantém desde 83, fazendo com que a participação das depreciações na receita operacional seja sempre representativa, contribuindo assim para que os resultados operacionais sejam afetados.

#### e) Lucro Operacional e Líquido

No período 84/87, a CESA apresentou lucro operacional negativo apenas em 86. A causa pode ser atribuída à defasagem entre tarifa e custo. Em 87 voltou a apresentar lucro operacional, cuja taxa em relação a receita atingiu 6,5% e 1,5% face ao ativo operacional médio.

O resultado dos exercícios analisados acaba sendo semelhante ao resultado operacional, devido à pouca expressividade das despesas financeiras.

#### f) Despesas Financeiras

A despesa financeira quando relacionada ao ativo operacional médio é inexpressiva - 1,09% em 87. Altas taxas de juros e ônus decorrentes do atraso da liquidação de compromissos junto a órgãos financiadores elevaram despesas de 0,43% e 0,30% em 85 e 86 para o índice resultante em 87.

Comparadas com a receita, as despesas financeiras atingiram 4,7% em 87 e 6,0% em relação às despesas. A elevação da taxa de juros de 86 para 87 dificulta a situação de crescimento financeiro positivo, na qual a taxa de retorno do investimento seja superior à taxa de juros.

#### g) Rentabilidade e Endividamento

A análise da rentabilidade e do endividamento conclui que o crescimento financeiro é negativo, pois a taxa de remuneração do investimento é menor que a taxa de juros. Os capitais próprios acabam trabalhando a favor de capitais de terceiros, porém considerando a baixa participação de terceiros, a situação negativa de crescimento não é tão grave. Aumentar margem operacional e renegociar taxa de juros, poderiam favorecer um melhor desempenho econômico (Ilustração 28).

Ilustração 28: QUADRO DE REMUNERAÇÃO INVESTIMENTO/CAPITAL PRÓPRIO E TAXA DE JUROS

INDICADORES	84	85	86	87
TAXA DE REMUNERAÇÃO - INVESTIMENTO	1,53%	1,43%	5,02%	1,5%
TAXA DE JUROS	29,43%	11,88%	6,54%	21,91%
TAXA DE REMUNERAÇÃO - CAPITAL PRÓPRIO	0,45%	1,04%	5,57%	0,44%

#### h) Situação da Dívida

A CESA possui contratos de financiamento com três instituições financeiras: CITIBANK (1980), BRDE (1980) e Banco do Brasil (1982), que somavam Cz\$ 416,4 milhões em 30/04/88. Em atraso possuía as contraprestações de março, junho, setembro e dezembro/87, junto ao BRDE (cujo contrato é o maior) no montante de Cz\$ 160,8 milhões. O Orçamento Geral do Estado prevê o repasse de recursos para pagamento deste Contrato. No entanto, desde 85, o Estado deixou de repassar recursos previstos,

destinados ao pagamento dos contratos do BRDE e CITIBANK, além de recursos vinculados (IST), destinados a investimentos.

Diante disto, torna-se necessário um plano de solução da dívida existente, bem como dos pagamentos não realizados.

A Ilustração 29 refere-se aos indicadores econômicos e financeiros da CESA.

### 3.5.3. PLANO DE INVESTIMENTO PARA O PERÍODO 1988/89/90

A CESA tem como meta para o triênio 88 a 90, investir na infraestrutura de armazenagem, expandindo sua ação e também atender às necessidades mais prementes das Regiões consideradas deficitárias.

- Objetivos Específicos e Investimentos

- . Conservação, melhorias e reaparelhamento da rede de silos, armazéns e frigoríficos - Cz\$ 750.919.000,00
- . Ampliações e adequação de 06 unidades - Cz\$ 507.248.000,00
- . Implantação 8 novas unidades - Cz\$ 5.516.966.000,00
- . Hortos Florestais - formação/conservação e aquisição de novas áreas de reflorestamento - Cz\$ 99.610.000,00

Investimento total em valores de abril 88 - Cz\$ 6,8 bilhões, equivalentes a 7.223.000 BTN's, sendo 80% referentes a implantação de novas unidades.

Os acréscimos na armazenagem em meio ambiente serão de 230.700t e na armazenagem frigorificada de 68.000 m<sup>3</sup> de câmaras frias, representando um acréscimo de 40% sobre a capacidade estática da CESA.

Os investimentos objetivados pela CESA devem, necessariamente, contar com parte de capitais próprios (que não são significativos), governamentais e de terceiros.

Recomenda-se estudo sobre estes investimentos com participação da iniciativa privada, em troca de uma participação acionária na empresa.

Dada a condição produtiva do Estado e considerando a capacidade da CESA, além da atuação de órgãos Estaduais e Federais, o PLANO DE INVESTIMENTO pode ser redirecionado com o objetivo de atender aos pequenos e médios produtores, sem dúvida os que possuem mais problemas de armazenagem, especialmente quando não integrantes de cooperativas.

### 3.5.4. COMENTÁRIOS SOBRE MOVIMENTO FÍSICO DA ESTOCAGEM POR PRODUTO

Os dados de movimentação física de estocagem vem demonstrar, que a rede particular e as cooperativas são os principais responsáveis

pela estocagem da soja, produto cuja participação nominal e relativa, na rede da CESA, começa a declinar a partir de 85, tendo se mantido constante de 83 até aquele ano (Ilustrações 30 e 31).

Por outro lado, verifica-se uma expressiva participação da estocagem do trigo, cuja taxa começou a evoluir a partir de 85 (Ilustrações 32 e 33).

Essas observações permitem caracterizar o aspecto seletivo das instalações de armazenagem da CESA, que possibilitam um melhor controle das condições atmosféricas do armazenamento, fato este relevante para um produto como o trigo, mas não tão importante para um produto mais resistente, como a soja.

### 3.5.5 RECOMENDAÇÕES

- Integrar as atividades de armazenamento do DEFREC à CESA.
- Rever o plano de investimento para implantação de novas unidades de armazenagem, considerando seu impacto na capacidade dinâmica de escoagem e as tendências de crescimento da produção de grãos que demandam uma melhor qualidade de armazenagem (em especial, trigo e milho).
- Estudar a participação da iniciativa privada no plano de investimento da CESA (vide Capítulo 6, item 1.6).



ILUSTRAÇÃO 29

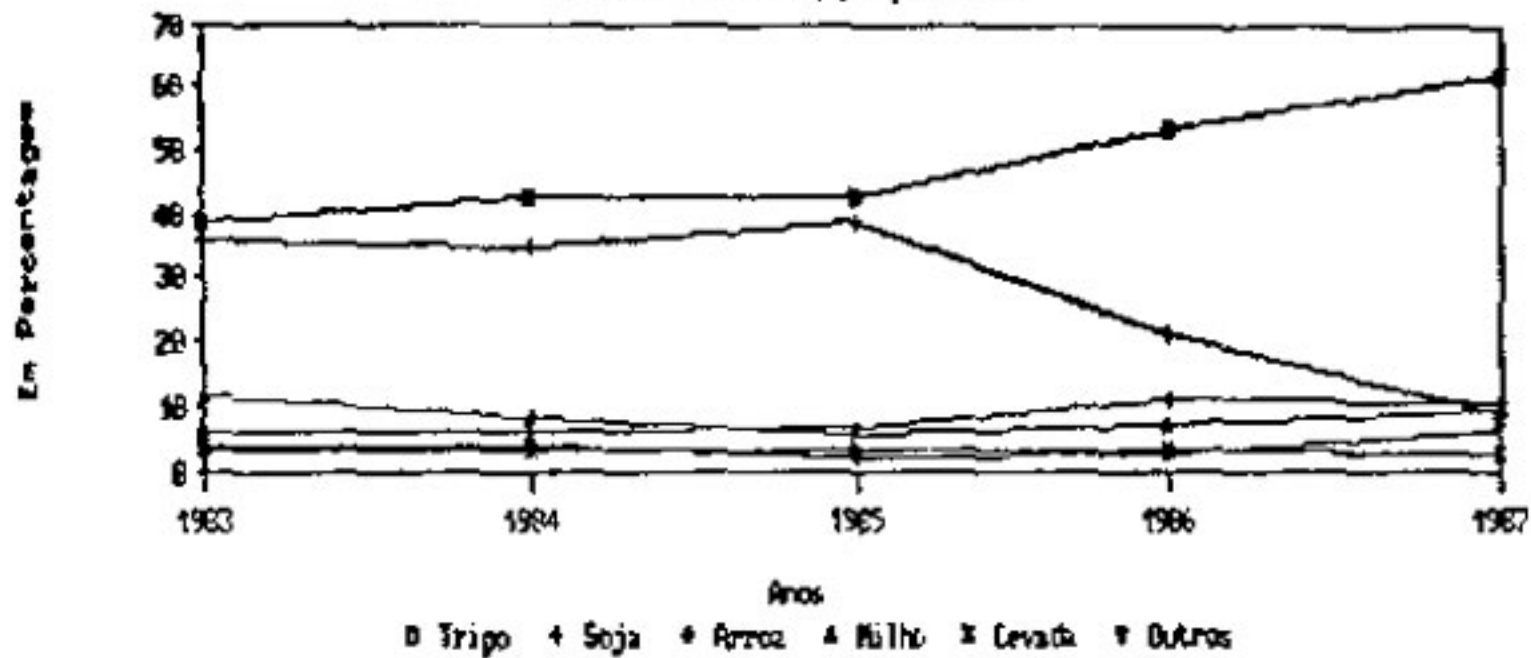
C E S A

-INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS

INDICADORES	ANO	86	87
1. Liquidez Corrente		0,90	1,06
2. Endividamento		0,05	0,05
3. Exigível LP/Patrimônio Líquido		0,007%	0,003%
4. Exigível LP/Recursos por Aumento de Capital		0,14%	0,10%
5. Resultado Líquido Operacional / Patrimônio Líquido		0,005%	0,004%
6. Receita Líquida / Tonelada Recebida		Cz\$ 77,25	Cz\$ 350,78
7. Lucro Operacional / Tonelada Recebida		(Cz\$ 21,24)	Cz\$ 9,24
8. Receita Líquida / Movimentação Física (Ton)		Cz\$ 7,58	Cz\$ 33,09
9. Lucro Operacional / Movimentação Física (Ton)		(Cz\$ 2,08)	Cz\$ 0,87

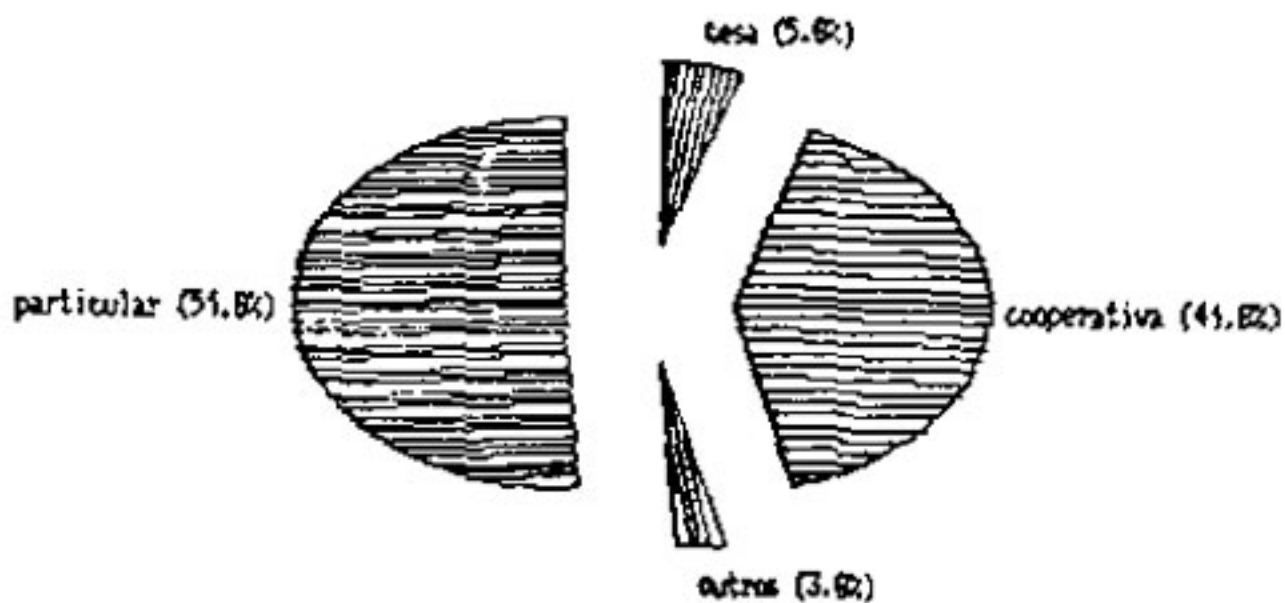
ILUSTRACÃO 30

Diagnostico do Setor Publico no RGS  
Nov. Físico de Estocagem por Produto



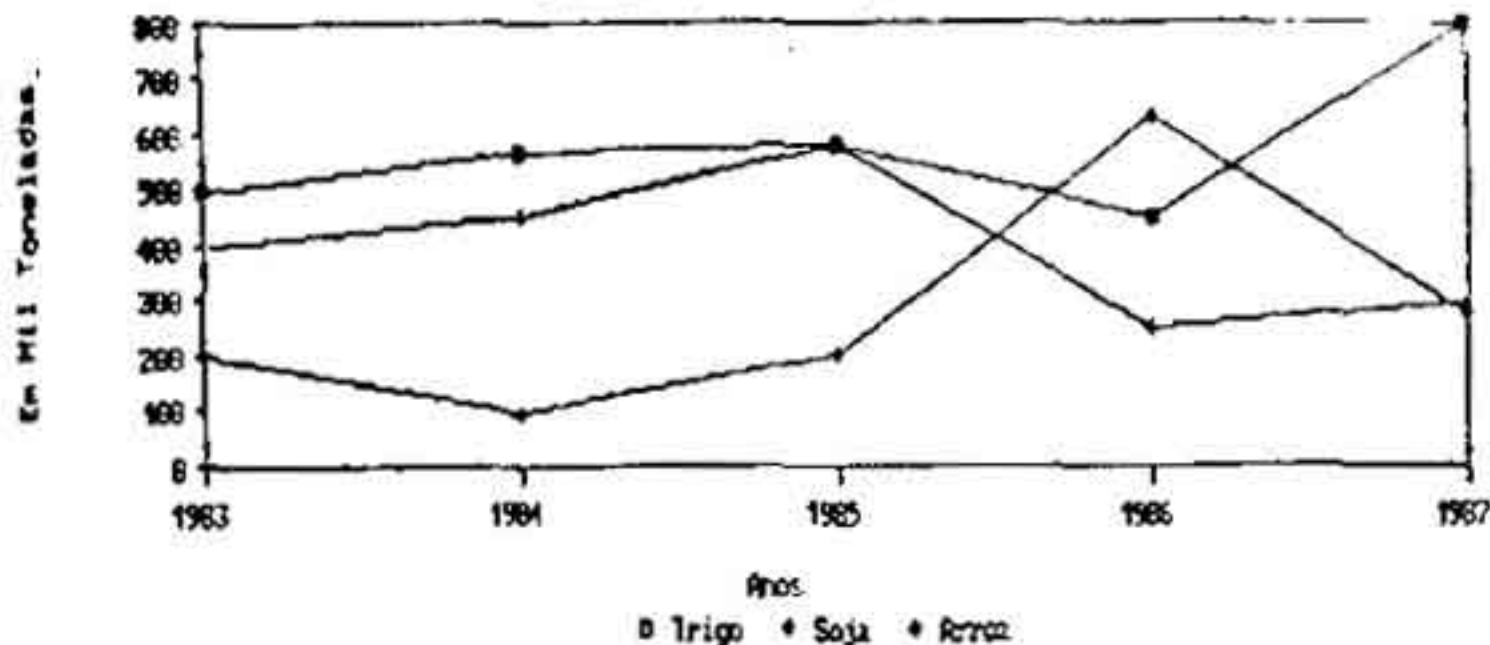
ILUSTRACÃO 31

Diagnostico do Setor Publico no RGS  
Distribuicao da Capac. Armazenadora



### ILUSTRAÇÃO 32

Diagnóstico do Setor Público no RGS  
Evolução no Recebimento de Grãos



### ILUSTRAÇÃO 33

Diagnóstico do Setor Público no RGS

Movimento Físico da Estocagem por Produto 83/78 - Segundo Perfil Preponderante  
Produção Interna

Produto	1983		1984		1985		1986		1987	
	MBS.	REL.	MBS.	REL.	MBS.	REL.	MBS.	REL.	MBS.	REL.
TRIGO	11942749.00	38.76	2328972.00	42.69	2449312.00	43.18	3029848.00	53.72	5639266.00	61.82
SOJA	11861823.00	26.95	1916768.00	35.25	2284010.00	38.85	1195786.00	21.20	834642.00	9.15
ARROZ	211628.00	6.22	344489.00	6.33	368973.00	6.50	644269.00	11.42	983892.00	10.79
MILHO	596212.00	11.91	453125.00	8.37	317874.00	5.61	420473.00	7.45	886297.00	9.71
CEVADA	184363.00	3.68	174623.00	3.21	194928.00	3.41	191527.00	3.40	234497.00	2.50
OUTROS	175429.00	3.49	227992.00	4.15	137533.00	2.42	158486.00	2.81	544574.00	5.17
TOTAL	15811094.00	100.00	5437889.00	100.00	5672636.00	100.00	5639989.00	100.00	9142682.00	100.00

## 3.6 DIAGNOSTICO DA CORSAN

### 3.6.1 INTRODUÇÃO

A população gaúcha é atendida nos seus serviços de Água e Esgoto de duas formas: pela CORSAN (Companhia Riograndense de Saneamento), ou pelo Serviço de Águas e Esgotos (SAE) local, caso resida em um dos seis municípios: Porto Alegre, São Leopoldo, Bagé, Pelotas, Caxias e Santana do Livramento.

A Ilustração 34 permite visualizar a situação desses dois blocos.

Ilustração 34: ATENDIMENTO POR EMPRESA NOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO NO RIO GRANDE DO SUL

	CORSAN	SAE	TOTAL
Municípios	238	6	244
população Urbana x 1000	4472	2108	6580
%	68%	32%	100%

E de conhecimento geral na empresa que foi tentada uma reestruturação, conferindo maior descentralização com a criação de unidades regionais. Até então, a única forma de descentralização era com 2,3 ou mais áreas da empresa operando em cidades de interior, porém sem uma coordenação local.

Sabe-se que, além da Regional de Santa Maria, unidade pioneira, não foi dado prosseguimento à implantação dessa sistemática, segundo algumas informações, por resistências internas.

Existe muito campo de trabalho nessa direção, não só internamente à CORSAN, como também no sentido de contar com uma maior participação e colaboração das prefeituras.

Finalmente, há alguns indicadores de que os custos das áreas de investimentos da CORSAN estejam super-dimensionados (92% do quadro da empresa estão alocados na área de Construção, perfazendo 480 funcionários especializados, tais como: engenheiros, psicólogos, projetistas, ...).

A situação dos serviços na área da CORSAN (Ilustração 35), se comparada com os Serviços autônomos do Estado, apresenta sérias deficiências.

A população da área atendida pela CORSAN perfaz 68% da população do Estado, tendo um nível de atendimento com água de 90% e 8% com redes de esgoto, enquanto os municípios com serviços autônomos atingem 84%, em água, e 66%, em esgoto.

Ilustração 35: CORSAN - SERVIÇOS PRESTADOS - 1987

AGUA			
-----			
Pop. Atend. x 1000	4028	1778	5806
% da Pop.Urb.em seu territ.	90%	84%	88%
% da Pop. atendida no Est.	69%	31%	100%
ESGOTO			
-----			
Pop. Atend. x 1000	339	756	1095
% da Pop.Urb.em seu territ.	8%	36%	17%
% da Pop. atendida no Est.	31%	69%	100%

(\*) Dados do EVG CORSAN para 1987

- Agua

A CORSAN apresenta um bom atendimento em água. Os investimentos realizados no passado atendem à demanda atual, porém sem capacidade ociosa.

É necessário manter os níveis de investimentos dos últimos anos para atender à demanda originada do crescimento vegetativo da população.

- Esgotos

Com relação ao tratamento dos esgotos, o Estado apresenta uma situação muito precária.

Na área da CORSAN, apenas 10 a 15% dos esgotos coletados são tratados. Se também levarmos em consideração o esgoto não coletado, apenas 0,8 a 1,2% das ligações têm seus esgotos tratados.

Na região metropolitana de Porto Alegre, a situação não é melhor. Não há qualquer tratamento de esgoto nos municípios da região, nem mesmo em Novo Hamburgo e São Leopoldo, que conta com serviço autônomo por sua indústria coureira, caracterizado por uma geração de esgotos industriais altamente poluentes. A situação só não é pior porque o volume de água do rio Guaíba é muito grande, o que, de certa forma, permite uma diluição dos esgotos, porém com comprometimento da qualidade de suas águas.

Entre as redes de esgoto, que atendem aos usuários, e as estações, existe um saneamento intermediário que reúne os esgotos e os conduz até as estações de tratamento. Esse segmento é composto pelos Coletores-Tronco e pelos interceptores, que têm a função básica de segregar as águas usadas das águas dos córregos e rios, o que torna extremamente cara a sua execução. Também neste particular, o Estado é muito mal servido, tanto na Grande Porto Alegre quanto no interior e litoral.

Os investimentos previstos pela CORSAN não contemplam melhorias nos serviços de esgotos.

### 3.6.2 SITUAÇÃO INSTITUCIONAL - RECOMENDAÇÕES

Os serviços de água e esgoto são operados pela Prefeitura Municipal ou pela CORSAN, nos municípios em que, por lei municipal, a ela delegaram essas atividades.

Os planos de investimentos da CORSAN estão sujeitos à aprovação da C.E.F., que é, de fato, a coordenadora das atividades de Saneamento Básico no Brasil.

As tarifas do setor estão sujeitas à aprovação dos órgãos federais: C.E.F., MHU e SEAP.

Os recursos financiados têm suas taxas de juros, prazos de carência e de amortização definidos pela C.E.F., tanto no que tange aos seus próprios recursos, quanto aos do FAE.

Os municípios autônomos têm, há dois anos, acesso permitido aos recursos da C.E.F., porém, na prática, apenas duas cidades receberam aprovação a seus pleitos.

O PLANASA - Plano Nacional de Saneamento - instituído pelo BNH em 1970, quando o FGTS tinha taxas fabulosas de crescimento, teve um período de grande riqueza, fornecendo recursos, em grande volume, para as empresas estaduais de saneamento.

Com a crise do início da década de 80, essa fonte esgotou-se e, a centralização que o PLANASA impunha para distribuir seus recursos, deixou de fazer sentido.

O BNH, sucedido pela C.E.F., deixou de ser a fonte inesgotável de recursos que parecia ser a princípio.

O Governo Estadual, inicialmente grande parceiro no aporte de recursos via FAE, encontra-se impossibilitado de manter a performance dos primeiros anos.

A CORSAN, operando centralizadamente sobre os municípios, e sem lhes pedir recursos, revelou-se uma máquina cara e ineficiente nos anos de vacas magras.

Os recursos, tão abundantes, revelaram-se caros e insuficientes para atender aos objetivos da empresa.

Os municípios aderidos ao PLANASA não têm nenhuma perspectiva quanto aos serviços de esgoto. Pouco a pouco, vão cedendo recursos, especialmente humanos, para a continuidade do atendimento a suas populações.

Os municípios com serviços próprios de água e esgoto apresentam quase o mesmo nível de atendimento em água e desempenho muito melhor nos serviços de esgotamento sanitário, sem a dívida da CORSAN.

O Estado do Rio Grande do Sul não tem nenhum planejamento integrado dos serviços e sistemas de águas e esgoto da Região Metropolitana de Porto Alegre, ou do resto do Estado.

Dentro desse quadro, é possível propor caminhos que permitirão uma correção de rumo para uma atuação mais eficiente do Governo do Rio Grande do Sul no Saneamento Básico, tais como:

- financiamento dos Serviços com custos financeiros e administrativos menores, especialmente com maior participação de recursos tributários, a fundo perdido, para o setor;
- atuação do Governo Estadual no Planejamento e fomento do Saneamento Básico;
- atuação descentralizada dos organismos governamentais na operação dos sistemas com maior participação das Prefeituras;
- renegociação profunda dos termos atuais da dívida da CORSAN junto à C.E.F, incluindo taxa de juros, prazos de amortização, comissões de Agente Financeiro, prazos de carência, transferência de devedor, perdão de dívida, etc.

As perspectivas existentes de uma reforma tributária que dêem maiores recursos e responsabilidades aos municípios e aos Governos Estaduais, impõem que se repense o setor de Saneamento Básico como uma das atividades essenciais e indelegáveis de interesse da comunidade (vide Capítulo 6, item 1.6).

- Outras Considerações:

Há dois aspectos de maior relevância para a questão da rentabilidade: em primeiro lugar, a configuração da CORSAN e, em segundo, o setor que opera.

b) Configuração da CORSAN

A CORSAN opera em todos os pequenos e médios municípios do Rio Grande do Sul, com exclusão dos grandes, como Porto Alegre, Caxias e Felotas. O efeito sobre a rentabilidade é direto, pois, quanto menor a localidade operada, maior o custo por ligação. Esta regra, válida para todas as utilidades públicas, encontra seu exemplo mais agudo na CORSAN, única Companhia Estadual de Saneamento Básico no Brasil que não opera a capital de seu Estado, mas sistemas isolados, elevando seu custo operacional. Assim:

Ilustração 36: EXTENSÃO DAS REDES - CORSAN/DMAE - DADOS DE 1987

	ÁGUA	ESGOTO
CORSAN	13.346,9 km	600,5 km
-----		
CONSUMIDORES	1.120.829	91.026
M/CONSUMIDOR	11,91	6,60
-----		
DMAE	2.214,3 km	723,6 km
-----		
CONSUMIDORES	376.442	168.475
M/CONSUMIDOR	5,88	4,30

Pelas características das duas empresas (conforme a Ilustração 36, é possível perceber que a CORSAN tem uma necessidade maior de investimento por consumidor e que o custo de operação deve ser maior.

Há indícios de que a economia de escala, um dos objetivos na formulação do PLANASA em 1971, neste caso, funciona às avessas, pois essas economias são previsíveis a nível de uma planta produtiva e não de uma organização. A medida que múltiplas pequenas unidades produtivas (Sistemas Públicos de Água) estão sujeitas a uma centralização administrativa e operacional, ocorrem naturalmente deseconomias de escala.



c) A Rentabilidade e o Setor de Saneamento

A questão mais relevante na situação da CORSAN é o futuro problemático que se pode vislumbrar, porque os custos marginais são crescentes. Em outras palavras, fica cada vez mais caro levar água aos consumidores, pois as fontes mais próximas são as utilizadas em primeiro lugar.

Dada a impossibilidade de aumentos compatíveis das tarifas, a rentabilidade da CORSAN, em suas condições atuais de operação, será decrescente.

Além dessa questão da água, como a CORSAN é o agente encarregado de prestar os serviços de esgoto à população gaúcha, e dado que os sistemas de esgoto são sempre muito mais caros do que os de água, é difícil prever se os sistemas de esgotos das cidades gaúchas servidas pela CORSAN teriam algum tipo de melhoria, pelas atuais condições de operação e pela forma de se financiar o crescimento da empresa.

Segundo estudos da CORSAN, caso fossem implantados sistemas completos de esgotamento sanitário nas cidades com mais de 40.000 habitantes, ao nível tarifário atual, 78% da tarifa seriam canalizados para pagar o serviço da respectiva dívida.

d) Tarifas

As tarifas da CORSAN são altas, tanto em comparação com suas congêneres, quanto com o Piso Nacional de Salários, conforme pode ser observado nas Ilustrações 37 a 39.

Ilustração 37: VALOR DA CONTA MÍNIMA POR EMPRESA EM JULHO DE 88

---

	Cz\$
A. CORSAN	823,00
B. DMAE-PORTO ALEGRE	300,00
C. SABESP	359,40
A/B	+ 174%
A/C	+ 129%

---

Essa discrepância entre as empresas é consistente ao longo do tempo.

Ilustração 38: CONTA MINIMA DE AGUA - CORSAN/DMAE

	CORSAN	DMAE
Dez/85	38,73	14,00
Dez/87	293,00	170,00

Comparemos agora os vários níveis de consumo de água com suas respectivas contas.

Ilustração 39: ALGUNS VALORES DE CONTAS RESIDENCIAIS - JULHO/88

VOLUME	A	B	A/B
	CORSAN	SABESP	
1 - Conta Mínima			
Sabesp	---	359,40	2,29
CORSAN 15 m <sup>3</sup>	823,00	---	
2 - 20 m <sup>3</sup>	1.508,85	1.065,60	1,42
3 - 30 m <sup>3</sup>	2.880,55	2.307,90	1,25
4 - 40 m <sup>3</sup>	4.252,25	3.550,20	1,20
5 - 100 m <sup>3</sup>	12.482,45	13.819,50	0,90

A CORSAN tem uma estrutura tarifária que favorece os consumidores maiores, pelo fato de cobrar apenas 2 valores distintos:

até 15 m<sup>3</sup> - 823,00

acima de 15 m<sup>3</sup> - 137,17 (2,5 vezes mais por m<sup>3</sup>)

A SANESE, por sua vez, tem mais faixas de tarifação progressiva:

Até 10 m <sup>3</sup>	-	359,40
10 a 20 m <sup>3</sup>	-	70,62/m <sup>3</sup>
20 a 50 m <sup>3</sup>	-	124,23/m <sup>3</sup>
50 ou mais m <sup>3</sup>	-	180,54/m <sup>3</sup>

Vale lembrar que cerca de 50% dos consumidores residenciais estão na 1ª faixa, o que torna ainda mais discrepante, em termos comparativos, a conta mínima da CORSAN.

Se compararmos a tarifa da CORSAN com o Piso Nacional de Salários, teremos a confirmação:

a. Piso Nac. de Salários		b. Conta Min. CORSAN		B/A
12.444,00		823,00		6,35%

Na realidade nacional, é muito alta a tarifa da CORSAN, que recai sobre os consumidores de menor poder aquisitivo.

As tarifas da CORSAN deveriam, ser reestruturadas, criando mais faixas de progressividade mais compatível com a renda da população gaúcha. Um estudo minimamente bem elaborado pode efetuar esta alteração sem afetar negativamente a receita da empresa.

#### 3.6.4 RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros tradicionalmente utilizados pela CORSAN são caros e apresentam condições inadequadas para o setor.

A CORSAN, assim como as outras Companhias Estaduais de Saneamento, teve seu período de ouro com a criação, em 1971, do PLANASA, pelo BNH, cujos recursos, obtidos através do FGTS, cresceram a taxas fantásticas nos primeiros anos de sua criação.

Hoje, esses recursos não entram no mesmo volume na C.E.F, e tiveram um período de grande retração na recessão do início dos anos 80.

A CORSAN investia com recursos provenientes do BNH (50%) e do FAE - Fundo de Água e Esgoto (50%).

Os recursos da FAE, de início, foram apontados pelo Governo Estadual, e os retornos dos seus empréstimos à CORSAN constituíram fonte crescente de recursos.

Os recursos do BNH custavam 5% a.a. até 1981 e os do FAE 2,0 para água e 2,5% para esgoto. Havia uma comissão de 1% adicional para os recursos do BNH, cobrada pelo Banco do Estado.

Naquele ano, os recursos do BNH passaram a custar 7,5% a.a. sempre, e claro, corrigidos monetariamente. Com isso, os que custavam, em média, 4,25% para água e 4% para Esgoto, passaram a custar, respectivamente, 5,5% e 5,25%.

#### - Taxas de Juros

A CORSAN paga 8,5% a.a. em seus financiamentos com a C.E.F., aproximadamente 4,5 pontos percentuais a mais do que custam esses recursos à C.E.F., 3% a.a. do FGTS, mais 1% de custo administrativo.

A razão dessa diferença se deve ao subsídio cruzado existente no Sistema Financeiro de Saneamento, que cobra 11,5% de São Paulo, 8,5% do Rio Grande do Sul e 2% do Piauí e Maranhão.

Na realidade, o Saneamento Básico do Rio Grande do Sul, e de outros estados subsidia o dos estados mais pobres.

A adoção de taxas de juros, mais condizentes com o setor de Saneamento Básico, faria com que o custo da dívida da CORSAN baixasse bastante (de 5,5% para 2,5% a.a), não onerando um setor tão problemático com subsídios a outras regiões do País.

Em 1988, caso fossem contabilizados em separado os juros para a C.E.F., além dos 4% que lhe custam os recursos, segundo dados do EVG (Estudo de Viabilidade Global) em vigor, a CORSAN pagaria um excedente de aproximadamente 444.000 OTN's, equivalentes a 30% dos investimentos em esgoto para aquele ano.

Parte dessa redução seria feita com a eliminação do 1% adicional da comissão do agente financeiro da taxa de juros (BANRISUL).

Juros a pagar - CEF EM 1988	DTN 1.332,00
taxa de juro medio	6% - 1.332.000
custo de recurso	4% - 888.000
Excedente	2% - 444.000

#### - Prazos

Os recursos do FAE e do BNH têm prazo de amortização de 18 anos para água e 30 anos para esgoto.

Esses prazos são reconhecidos pela própria C.E.F como menores do que a vida útil desses sistemas, estimada, respectivamente, em 30 e 40 anos.

O efeito desta condição sobre as financeiras da empresa é sobrecarregar o Serviço da Dívida num prazo mais curto do que daquele que o sistema gera receitas.

No ano de 1988, praticamente todos os empréstimos feitos pela CORSAN junto à C.E.F foram feitos sob a forma de CTE - Contrato Especial. Estes contratos custam ao devedor um ponto percentual a mais, ou seja, 9,5% a.a., ao invés dos 8,5% dos empréstimos normais. Além disso, eles financiaram integralmente os respectivos projetos, não sendo compartilhados pelos recursos do FAE.

Isto se deve, em grande parte, ao estancamento da entrada de recursos ao FAE, seja porque o Governo Federal não tem aportado sua parcela, seja porque a CORSAN deixou de retornar à sua parcela sobre empréstimos feitos anteriormente.

O resultado disto é que o custo financeiro, naquela composição de 50% CEF + 50% FAE, em torno de 8,5% a.a., passou, em 1988, a custar cerca de 9,5% a 10% a.a. com evidentes repercussões na saúde econômico-financeira da companhia.

#### - Endividamento

A CORSAN apresenta um grau de endividamento bastante elevado e, mais do que isso, não tem conseguido saldar essa dívida.

Desde 1985, já houve duas renegociações da dívida junto à C.E.F e, pelas constatações das páginas imediatamente precedentes, não há, aparentemente, mudanças no regime de endividamento da empresa que permitam prognósticos animadores.

A recente moratória da CORSAN lhe permitiu pagar à C.E.F apenas 10% das amortizações previstas, o que representa uma bomba de tempo, pois o prazo dos contratos não foi prolongado e, com a sua manutenção no mesmo prazo inicial, o Serviço da Dívida crescerá desproporcionalmente no futuro.

O Governo do Estado tem deixado de aportar recursos para investimento, canalizando-os para o pagamento do Serviço da Dívida, e não para o Saneamento Básico.

O EVG em vigor prevê os seguintes aportes do Governo do Rio Grande do Sul para o Saneamento em 1988:

Investimento	468.800	DTNs	24%
Serviço da Dívida	1.484.600	DTNs	76%

Caso se verificarem, na prática, estes valores, é evidente que há espaço para se repensar o Saneamento Básico no RS, em especial no direcionamento dos recursos tributários.

O valor a ser pago para o Serviço da Dívida equivale a 42% do investimento em água da CORSAN previsto para 1988.

### 3.6.5 CUSTOS INDIRETOS

As características da CORSAN, enquanto empresa, associadas à baixa rentabilidade, apesar das altas tarifas, e também a alguns índices na questão dos custos indiretos, levam-nos a algumas considerações sobre o tema:

- Em primeiro lugar, existe o fato de que a sede da CORSAN está em Porto Alegre, município que não é operado por ela. Dentre os 5.200 ou mais funcionários da empresa, aproximadamente 1.100, ou 21%, estão localizados nessa Capital. Dada a Pirâmide Salarial Brasileira, é razoável supor que faltam maiores informações, mas bem mais de 20% das despesas são com pessoal e, provavelmente, as despesas indiretas também estejam em Porto Alegre. Além das despesas que podem ser classificadas como custos típicos de "overhead": estão em Porto Alegre o Departamento de Materiais, o principal laboratório de análise de água, a oficina de hidrômetros, e também alocados os 6 funcionários que abrem poços profundos. Há, portanto, duas considerações a serem feitas aqui.

A primeira se refere a setores operacionais que poderiam estar mais próximos dos municípios operados, descentralizadamente ou não.

A segunda consideração se refere aos custos associados à operação centralizada das áreas meio da empresa, especialmente quando se sabe que a CORSAN não permite muita autonomia às suas operações fora da sede.

Neste particular, é possível propor uma redução nos custos diretamente associados à comunicação e ao transporte, e nos indiretos, que se resumem na espera por decisões centrais, que poderiam ser tomadas de forma mais distribuída.

- Em segundo lugar, há uma multiplicação de estruturas dentro da empresa, onerando-a desnecessariamente.

### 3.6.6 RECOMENDAÇÕES

As recomendações para a CORSAN abordadas no item 3.6.2 deste relatório fazem parte do Capítulo 6, item 1.6, que trata da "Operação Desmonte".

4      DIAGNOSTICO DO SISTEMA FINANCEIRO ESTADUAL SOB O  
ENFOQUE EMPRESARIAL

#### 4.1 BANRISUL E CAIXA - AGENCIAS

Em 1987, o BANRISUL possuía 295 agências bancárias no País, sendo 272 no Estado do RS, atendendo 231 municípios do Estado; enquanto a Caixa tinha 150 agências que atendiam 127 municípios do Estado (a Caixa não opera fora do Estado).

- municípios do RS com agências bancárias: 244
- atendidos pelo S. F. Estadual: 241
- atendidos exclusivamente pelo S. F. Estadual: 43
- atendidos pelo S. F. Estadual e Federal: 103
- atendidos pelo S. F. Estadual, Federal e Privado: 95

Por esse levantamento, pode-se afirmar que essas duas instituições poderiam alocar melhor suas dependências, objetivando um melhor desempenho de suas captações de recursos, evitando o duplo atendimento em praças menores. Nesse sentido, nas praças menores, a preferência deveria ser dada ao BANRISUL, pois os "pontos" e capital requerido pelo Banco Central são menores, enquanto as dependências da Caixa deveriam, preferencialmente, ser alocadas em praças de maior potencial econômico, de forma a obter uma maior captação de depósitos de poupança. Afinal, o BANRISUL já cobre quase todos os municípios do Estado, enquanto a Caixa, com apenas 150 dependências não poderia ter a mesma pretensão.



#### 4.2 BANRISUL E CAIXA - COMPARAÇÕES COM OUTROS BANCOS

A análise dos principais indicadores de diversos bancos privados varejistas (Bradesco, Itaú, Unibanco, Real, Nacional, Bamerindus e Mercantil de São Paulo) e oficiais (Banespa, Banco Estado Paraná), bem como da Caixa de São Paulo e do Banestado Crédito Imobiliário (Paraná), indica que:

- a rentabilidade do Banrisul nos últimos anos é superior à média dos bancos privados, o que, a rigor, não significa muita coisa, dada a sua concentração em aplicações: seria melhor reduzir seus lucros pela maior alocação de reservas para devedores duvidosos, diminuindo os pagamentos de imposto de renda e distribuição de dividendos;
- a comparação da rentabilidade e desempenho operacional entre a Caixa e o Crédito Imobiliário do Banestado (Paraná), demonstra que é possível operar nesse setor integradamente ao Banco Comercial, com melhor rentabilidade, dado o melhor custo administrativo incorrido;
- as despesas administrativas por funcionário no Banrisul são maiores que as verificadas nos bancos privados. Não obstante, essas despesas como proporção do Ativo não Permanente ou como proporção dos depósitos são inferiores às observadas naqueles bancos, o que demonstra que este não é um item de despesa problemática no Banrisul;
- as despesas administrativas por funcionário da Caixa são semelhantes às observadas nos bancos privados. Entretanto, como proporção do Ativo não Permanente e dos depósitos, são superiores às observadas nas instituições de crédito imobiliário de São Paulo e Paraná sendo que as margens operacionais obtidas em suas operações não cobrem seus custos administrativos.